

### 3.1.1 TURISMO

#### 3.1.1.1 CARACTERIZAÇÃO DO TURISMO NA APAMLC

O presente diagnóstico busca caracterizar os usos turísticos, sua infraestrutura e serviços existentes, dentro dos limites territoriais da APAMLC e entorno imediato quando este exerce significativa influência na APAMLC.

A maior heterogeneidade sócio espacial, bem como, de usos turísticos, é uma particularidade da APAMLC quando comparada às demais APAMs. Todos os municípios que compõem a APAMLC fazem parte da Região Metropolitana da Baixada Santista, caracterizando-se como uma das regiões mais populosas do país e com grande diversidade de funções presentes nos municípios que a compõe.

Tal fato se deve, em suma, pelo longínquo histórico de ocupação desta região e consequente processo de urbanização, atrelado inicialmente à prosperidade da capitania de São Vicente, que de início esteve associado à extração do pau-brasil, passando pelos engenhos de açúcar e uma agricultura mercantil, para posteriormente, entrar em declínio econômico com a ascensão da cidade de São Paulo e da expansão cafeeira. A cidade de Santos, porém, se firma como região portuária e cresce concomitantemente a cidade de São Paulo e ao café de exportação. Desde então o processo de urbanização de Santos e adjacências se intensificou, com a consolidação das vias de transporte entre Santos e São Paulo, a exemplo da Calçada de Lorena no fim do séc. XVIII e da ferrovia São Paulo Railway no terceiro quartil do séc. XIX.

O turismo somente veio a se consolidar na região no início do século XX, sobretudo, com a construção de hotéis, da urbanização da orla de Santos, e a construção de rodovias como Anchieta, Pedro Taques, Padre Manoel da Nóbrega (na década de 50) e Imigrantes, Tamoios e Rio – Santos (na década de 1970). Portanto, o turismo na APAMLC data do início do séc. XX, em uma área anteriormente urbanizada e apropriada territorialmente por outros usos. Atualmente, a atividade turística possui extrema relevância socioeconômica para os municípios que compõem a APAMLC. Tal fato se deve pela significativa participação do setor de turismo no Produto Interno Bruto (PIB) das economias municipais, e na geração de emprego e renda direta ou indiretamente relacionada ao turismo.

Alguns dados socioeconômicos reforçam e elucidam o relevante papel do turismo para a economia dos municípios que compõem a APAMLC. De acordo com os dados obtidos junto a Fundação Seade (2014), o setor de serviços responde por 60% (em média) na composição do PIB dos municípios que compõem a Baixada Santista. No que se refere à distribuição dos estabelecimentos pelos setores da atividade econômica, de acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), verifica-se que cerca de 90% dos estabelecimentos registrados estão no setor de comércio e serviços (IBGE, Censo 2010). Com relação à empregabilidade na região, observa-se novamente a relevância do setor de comércio e serviços, que juntos respondem por mais de 90% dos empregos formais (FUNDAÇÃO SEADE, 2014).

Tendo, conforme exposto acima, os setores de comércio e serviço peso tão relevante na dinâmica socioeconômica da região, outros dois aspectos, por fim, reforçam o papel do segmento turismo para a dinamização da economia dos municípios que compreendem a APAMLC.

O primeiro aspecto a ser considerado é o de que as Atividades Características do Turismo – ACT possuem grande representatividade dentro dos setores de comércio e serviços da região. Para fins conceituais, entende-se como ACT:

*As atividades econômicas características do turismo são definidas como aquelas nas quais as unidades econômicas, as empresas, produzem pelo menos um produto característico do turismo. A classificação de uma atividade econômica como característica do turismo faz-se a partir da identificação, em sua produção principal, de produtos classificados como característicos do turismo, isto é, produtos que são bastante sensíveis ao consumo de visitantes (IBGE, 2006).*

Ao desagregar estes estabelecimentos com base nos dados da CNAE-IBGE, tem-se o setor de alojamento e alimentação com representatividade que gira em média de 20%. Mesmo em um município como Santos, que apresenta uma economia mais dinâmica, com base no Quociente Locacional (QL) que prevê a especificidade de um setor dentro de uma região, o Turismo aparece com um QL excepcional (6,81)<sup>1</sup>, indicando o grande potencial receptivo turístico da cidade de Santos (INSTITUTO PÓLIS, 2013).

O segundo aspecto diz respeito ao tamanho da população flutuante para a região da APAMLC, e conseqüentemente o papel que esta exerce na dinamização da economia. Para uma região que apresenta uma população flutuante equivalente a 30% da população total<sup>2</sup>, há que se considerar que esta parcela da população seja de extrema significância para os mais diversos setores da economia. Os municípios de Santos e São Vicente, cujas praias em sua grande maioria não compõem a área da APAMLC, apresentam o menor percentual de população flutuante em relação aos demais municípios da Baixada Santista: 15 e 12% respectivamente. O percentual da população flutuante para a região da Baixada Santista, sem considerar os municípios de Santos e São Vicente, seria de 56% em relação à população total, de acordo com Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010).

Em suma, o setor de comércio e serviços é o de maior representatividade na economia dos municípios da APAMLC, seja na composição do PIB, seja na geração de emprego e renda, e seja no número de estabelecimentos. As Atividades Características do Turismo – ACT possuem significativa representatividade dentro do setor de comércio e serviços, e mesmo para aquelas atividades que não atendem somente a demanda turística, esta é em grande parte dinamizada pelo turismo quando se leva

---

<sup>1</sup>Considera-se como potenciais Arranjos Produtivos Locais (APLs) aqueles setores com QL superior a 1. Vale lembrar que há estudos que adotam como critério o QL maior ou igual a dois ou três. Em quaisquer das situações (QL superior a 1, 2 ou 3), o resultado indica que a especialização do município “j” na atividade ou setor “x” é superior à especialização do conjunto do Estado nessa atividade ou setor (SANTANA, 2004).

<sup>2</sup> INSTITUTE PÓLIS. Diagnósticos Urbanos Socioambientais, 2013.

em conta que a população flutuante para a região possui significativa representatividade mediante a população total.

O turista que frequenta a Baixada Santista provém majoritariamente da Região Metropolitana de São Paulo – RMSP, sendo a maioria oriunda da cidade de São Paulo, com 40,6%, seguido dos provenientes do ABC e Campinas. O perfil majoritário do turista se caracteriza por ambos os sexos, com leve predominância do gênero feminino, e em sua maioria casada. A idade de maior frequência está situada entre os 41 e 55 anos, mas com boa presença nas diversas faixas etárias. Os turistas têm em sua maioria o grau de instrução superior completo, seguido dos que possuem o ensino médio completo e renda média de R\$ 3.147,19, o que corrigido para o ano de 2016 significaria algo em torno de R\$ 6.670,00, conforme índice IGP-M (SRCVB, 2004). Destaque para o município de Bertioga onde se destacou a frequência de turistas com maior poder aquisitivo, em função dos diversos condomínios fechados e de alto padrão, a exemplo da Riviera de São Lourenço.

A maior parte dos turistas vem acompanhada (95%) pela família (75%) e não utilizam nenhum serviço de agência de viagens para efetuar sua viagem (97%). O turista da Baixada Santista, em sua maioria (58%) também não costuma visitar nenhuma outra cidade, além de seu destino principal, sendo que dentre as mais visitadas destacam-se Guarujá (3,4%), Santos (3,32%), e São Paulo (3,29%), pois a cidade de São Paulo se integra ao roteiro de viagem de alguns que possuem ponto de origem nas cidades do interior paulista (SRCVB, 2004).

O carro próprio é o meio de transporte mais utilizado pelos turistas, respondendo por 81,4% dos meios de transportes utilizados por estes. Tal fato ajuda a compreender a dinamização da economia através do turismo, mesmo para aqueles setores que não atendem somente a demanda turística, mas que aparecem com maior expressão no desdobramento dos estabelecimentos produtivos, a exemplo do setor de reparação de veículos automotores. A hospedagem em sua maioria é efetuada em imóvel próprio (60,6%), sendo que outros 18,5% alugam casa ou apartamento e apenas 16,5% se hospedam em hotéis ou pousadas (SRCVB, 2004).

Todas as informações acima referentes ao perfil do turista da Baixada Santista, apontam para a prática de um turismo de segunda residência e de veraneio, ou seja, a pessoa que reside na região metropolitana de São Paulo e que também possui um imóvel no litoral, o qual frequenta periodicamente, prioritariamente durante o período de férias na estação do verão.

O turismo possibilita a valorização e a conservação dos recursos naturais, bem como, a valorização de modos de vida tradicionais e a inserção das comunidades locais no planejamento e execução da atividade turística. Contudo verifica-se certa retórica no discurso do turismo como uma atividade de produção limpa e sustentável, já que a prática do turismo nos municípios que compõem a APAMLC, historicamente e de modo geral, ao mesmo tempo em que gera oportunidades e inclui pessoas no setor produtivo, também exclui outras tantas através da expropriação do espaço e do bem público, e através da marginalização da cultura local. Os recursos naturais, principais atrativos turísticos da APAMLC, em muitos casos, apresentam um lamentável histórico de degradação e conseqüentemente a estagnação ou até mesmo o declínio das destinações turísticas.

Existe uma série de práticas metodológicas que visam à promoção de um turismo sustentável que possa efetivamente propiciar a conservação de recursos naturais, a geração de emprego e renda, e a valorização e inserção das culturas locais. Mas, para além da realização de um inventário da oferta turística, de um estudo de demanda, da mensuração de limites e medidas e indicadores de monitoramento, é necessário, também, compreender e gerir a atividade turística em consonância com as demais práticas territoriais. Neste sentido, os Planos de Manejo das APAMs se tornam importantes instrumentos de reconhecimento dos conflitos e convergências de interesses sob um mesmo lugar, e visam propor alternativas de políticas públicas para uma convivência o mais harmoniosa possível entre a multiplicidade de usos do espaço, tendo como meta promover a qualidade ambiental e de vida de seus habitantes e usuários.

#### **3.1.1.1.1 Atividades de sol e praia**

Sendo as praias o tópus da realização de diversas atividades turísticas, e considerando-se as variáveis água, sol, e calor como sendo os principais elementos de atratividade ao turista de sol e praia, enfatiza-se a importância de caracterizar as atividades turísticas recreacionais e esportivas de areia sob as variáveis geomorfológicas e socioespaciais das praias, compreendendo, portanto, que a prática do Turismo tanto se apropria quanto modifica paisagens em um constante processo de transformação.

Para fins do presente diagnóstico da atividade turística na APAMLC, conforme a Lei nº 7.661/88, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, considera-se praia: *“a área coberta e descoberta periodicamente pelas águas, acrescida da faixa subsequente de material detrítico, tal como areias, cascalhos, seixos e pedregulhos, até o limite onde se inicie a vegetação natural, ou, em sua ausência, onde começa outro ecossistema”*.

No caso específico da APAMLC, sendo esta uma zona costeira, tem-se como foco principal para as atividades turísticas recreacionais esportivas de areia: as praias marítimas continentais e insulares, e seus espaços imediatos. Como forma de organização metodológica, tratar-se-á no tópico de praias, todas aquelas que estão localizadas junto à área continental da Região Metropolitana da Baixada Santista – RMBS, diferenciando, para tanto, os municípios insulares de São Vicente, Santos e Guarujá, em relação às demais ilhas continentais que compõem a região da APAMLC. Deste modo consideram-se as ilhas de São Vicente e Santo Amaro como sendo ilhas marítimo-fluviais e as demais ilhas como marítimas.

São cerca de cem praias que compõem a costa da região da Baixada Santista, segundo levantamento realizado junto aos *sítes* das prefeituras municipais, bem como, junto ao Plano Diretor de Turismo para a Baixada Santista (PDTUR, 2012). O quantitativo de praias que compõem a região deve, entretanto, ser relativizado, conforme a perspectiva e intencionalidade da pesquisa, uma vez que a fronteira que marca o término e início de uma praia pode possuir: ora relação com domínios políticos administrativos; ora com elementos físicos do relevo, a exemplo de rios e costões rochosos; ora, com a apropriação do espaço pretendida via o ordenamento territorial por meio de instrumentos como, por exemplo, o Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE da baixada Santista.

É, portanto, do cruzamento de informações sobre a oferta e demanda turística, das características geomorfológicas e antropogênicas dos lugares e das percepções de atores locais a partir do Diagnóstico Participativo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014), que se pretende caracterizar o uso turístico de sol e praia para a Baixada Santista. Vale ressaltar que não compõem o território da APAMLC a maioria das praias de Santos e São Vicente, com exceção das praias de Paranapuã e Itaquitanduva. Por outro lado, a APAMLC abrange todas as praias dos municípios de Praia Grande, Itanhaém, Mongaguá e Peruíbe.

De acordo com a pesquisa realizada pelo SRCVB, (2004), a praia aparece em destaque tanto pelos turistas que a elegem como o melhor ponto turístico, quanto por aqueles que a criticam, o que evidencia a sua importância como sendo o principal atrativo turístico da região. Na referida pesquisa a praia aparece, em todos os municípios que compõem a APAMLC, como sendo o ponto turístico que mais agrada o turista, (50% das respostas), sendo que as demais respostas se apresentam difusas entre os equipamentos e infraestrutura turística relacionada ao setor de alimentos e bebidas, e de entretenimento (shopping, aquário, orla, teleférico, etc.). A praia também aparece com destaque como sendo um ponto turístico que passa por problemas, com 23% dos entrevistados apontando reclamações sobre ela.

Constata-se que o turismo de sol e praia (banhos de mar e sol, caminhadas e atividades esportivas e recreacionais de areia) é praticado ao longo de toda a costa da Baixada Santista, segundo os diversos atores-chave que compuseram o Diagnóstico Participativo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014)

Porém, em todas as praias, os elementos de atratividade (água, sol e calor) não estão atrelados somente aos fenômenos naturais. A balneabilidade<sup>3</sup> das praias foi um dos aspectos que levou a estagnação e declínio dos usos turísticos de sol e praia na maior parte da costa da Baixada Santista, aspecto este que é tratado detalhadamente no Diagnóstico do Meio Físico (Item 3.1) e que também será abordado mais adiante ao tratar dos impactos do turismo sob o meio em que este acontece.

A qualidade das águas influi diretamente sob todos os usos turísticos de sol e praia, bem como, sob os demais usos turísticos que dependem direta ou indiretamente da qualidade das águas, como as atividades náuticas e esportivas. A balneabilidade de uma praia classificada como Imprópria pela CETESB<sup>4</sup> indica um comprometimento na qualidade sanitária das águas, implicando em um aumento no risco de contaminação do banhista e tornando desaconselhável a sua utilização para o banho. Mesmo apresentando baixas densidades de bactérias fecais, uma praia pode ser classificada na categoria Imprópria quando ocorrerem circunstâncias que desaconselhem à recreação de contato primário, tais como a presença de óleo provocada por derramamento acidental de petróleo; ocorrência de maré vermelha; floração de algas

---

<sup>3</sup> Balneabilidade é a qualidade das águas destinadas à recreação de contato primário, sendo este entendido como um contato direto e prolongado com a água (natação, mergulho, esqui-aquático, etc.), onde a possibilidade de ingerir quantidades apreciáveis de água é elevada (CETESB, 2015).

<sup>4</sup> Em São Paulo a balneabilidade das praias é realizada pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, desde o ano de 1968.

potencialmente tóxicas ou surtos de doenças de veiculação hídrica, temas estes tratados em detalhe no Diagnóstico do Plâncton (Item 3.2.1.5).

A condição da balneabilidade das praias é divulgada na página virtual da CETESB na rede mundial de computadores e no próprio local; através de bandeiras fixadas nas praias ou totens luminosos indicando a qualidade das águas, sendo que a cor verde indica que a praia é própria para o banho e a cor vermelha, imprópria. Para a Baixada Santista, a CETESB monitora semanalmente um total de 68 (sessenta e oito) pontos em 55 (cinquenta e cinco) praias da região.

Segundo o último Relatório Anual de Qualidade das Praias (CETESB, 2015), tem-se o município de Bertioga como o que apresenta o melhor índice de balneabilidade das praias, com 50% delas classificadas como boas. O município do Guarujá possui cenário qualitativo inferior, 50% de suas praias foram classificadas como regulares, 34% boas, 8% ruins e 8% péssimas, sendo que o destaque do município fica por conta da praia do Tombo, que foi pelo sexto ano consecutivo agraciada com a bandeira azul<sup>5</sup> de certificação internacional. Na Baixada Santista pode-se dizer que a situação da balneabilidade das praias fica bastante comprometida mesmo entre Santos e Mongaguá, onde a maior parte das praias foram classificadas como péssimas e ruins. Para os dois municípios mais ao Sul da Baixada Santista, Itanhaém e Peruíbe, as praias são majoritariamente classificadas como regulares.

A balneabilidade das praias está diretamente relacionada à qualidade dos rios que afluem para o mar, que por sua vez apresentam, para o ano de 2015, resultados bastante insatisfatórios<sup>6</sup>, como consequência da falta de saneamento básico adequado. Nota-se ainda que na região da APAMLC, de maneira geral, o período de maior concentração de praias impróprias para banho está centrado entre os meses de Setembro a Novembro, o que coincide com o término do inverno e início de um período mais chuvoso. Com relação a qualidade das águas dos rios, os melhores índices pertencentes aos cursos d'água também são do município de Bertioga, com 53% de acordo com o padrão estabelecido pela CETESB, enquanto que a média para a qualidade das águas dos rios dos demais municípios da Baixada Santista é de cerca de 15%.

De maneira geral, e sob a ótica geográfica, as praias mais preservadas, do ponto de vista de ecossistemas naturais, se apresentam como as praias de menor extensão, as pequenas baías, as enseadas, e as praias de bolso e estão localizadas nos locais onde a costa se mostra mais recortada pela proximidade da Serra do Mar e dos maciços de embasamento cristalino. Sob uma outra perspectiva, considerando-se o uso e ocupação da terra, uma parcela significativa das praias que ainda preservam um entorno no qual prevalecem ambientes não antropizados se deve ao fato destas terem o seu uso e acesso restrito por serem áreas com legislações que indiquem a proteção ambiental, ou por abarcarem condomínios de alto padrão ou por serem área de uso do Exército, da Aeronáutica ou da Marinha do Brasil.

---

<sup>5</sup> Programa de certificação ambiental baseado em sistema de gestão ambiental, através dos quais uma praia ou marina consegue obter certificação internacional. Saiba mais em <http://www.bandeiraazul.org.br/sobre/>. Acesso em 11/08/2016.

<sup>6</sup> A CETESB monitora também a qualidade das águas dos rios que afluem para o mar.

As praias pertencentes aos municípios que compõem a APAMLC, em sua maioria, apresentam entorno imediato urbanizado, muitas delas caracterizadas por um calçadão, quiosques, ciclovias e ajardinamento. As praias de entorno não urbanizado, em geral são praias cujo acesso não se dá por via asfaltada, sendo somente possível acessá-las por trilha e/ou mar.

O município de Bertioga apresenta praias de entorno imediato com ecossistemas naturais relativamente preservados em função de dois aspectos principais: a criação do Parque Estadual Restinga de Bertioga em 2010 e a presença de uma série de condomínios de alto padrão. Desta maneira, as praias de Itaguaré e Guaratuba apresentam ainda significativa presença de ecossistemas naturais, como vegetação ombrófila e manguezais. O entorno imediato da praia de São Lourenço é caracterizado por uma orla ajardinada e uma ocupação residencial verticalizada. Já a Riviera de São Lourenço trata-se de um projeto urbanístico de alto padrão aquisitivo voltado ao turista de sol e praia de segunda residência, o qual procura conciliar a manutenção de alguns ecossistemas naturais em meio a muitas residências e prédios.

O município do Guarujá possui a maior parte de suas praias que ainda preservam ecossistemas naturais localizadas na Serra do Guararu, como a Prainha Branca, por exemplo, mas que abriga também uma série de condomínios de alto padrão: Iporanga, São Pedro, Taguaíba, etc. Algumas outras praias mais isoladas estão também localizadas junto ao Morro da Barra, e, neste caso, a intervenção antrópica e impactos socioambientais relacionados são mitigados em função da restrição de uso imposta pela Marinha do Brasil.

Em São Vicente, na parte do território que integra a APAMLC, o Parque Estadual Xixová-Japuí gerencia o acesso do público às praias do Paranapuã e de Itaquitanduva, garantindo que os ambientes permaneçam conservados. Em Peruíbe existem algumas praias que ainda preservam de maneira mais significativa ecossistemas naturais em função de estarem localizadas no interior de UCs como o Parque Estadual de Itinguçu e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Barra do Una.

Por fim um dos maiores desafios para os planejadores e gestores do turismo na Baixada Santista é que os usos turísticos de sol e praia neste território se configuram como um Turismo de Massa, que se caracteriza pelo deslocamento de grande número de pessoas para os mesmos lugares nas mesmas épocas do ano. A concentração desse fluxo é fortemente influenciada pela sazonalidade definida nos períodos do verão e férias escolares (RUSCHMANN, 1999). A **Figura 3.3.1.1.1-1** ilustra o Turismo de Massa na Praia de Pitangueiras, Guarujá.

Figura 3.3.1.1.1-1 - Turismo de Massa na Praia de Pitangueiras, Guarujá.



Fonte: Wikicommons, 2012.

### 3.1.1.1.2 Atividades náuticas recreativo-esportivas

O Ministério do Turismo em sua definição sobre o Turismo Náutico considera a atividade náutica como aquela de finalidade para a movimentação turística, ou seja, cuja motivação do turista e finalidade do deslocamento seja a embarcação em si, levando em conta o equipamento náutico (embarcação) e o tempo de permanência a bordo (MTUR, 2010).

Conforme visto na introdução e para fins de melhor atender o propósito do presente diagnóstico com vistas a subsidiar a elaboração do Plano de Manejo da APAMLC, adota-se um conceito mais amplo para o Turismo Náutico: a definição dada pela Sociedade Náutica Brasileira que reúne o setor náutico (esportes náuticos, recreio náutico – proprietários de embarcações e turistas), e o setor marítimo (cruzeiros), compreendendo desta forma, tanto os fins quanto os meios associados às atividades náuticas.

Tendo o exposto acima, o presente item irá tratar conjuntamente das atividades náuticas de caráter recreativo e esportivo, bem como, das atividades náuticas embarcadas e não embarcadas.

Segundo o Ministério do Turismo (MTUR, 2010), as atividades relacionadas ao Turismo Náutico podem ocorrer em:

- Águas interiores abrigadas: lagos, lagoas, baías, rios e canais, normalmente não apresentando dificuldades ao tráfego das embarcações;

- Águas interiores parcialmente abrigadas: onde eventualmente sejam observadas combinações adversas de agentes ambientais tais como vento, correnteza ou maré, que dificultem o tráfego das embarcações;
- Navegação em mar aberto: realizada em águas marítimas desabrigadas subdivididas em águas costeiras (área localizada dentro dos limites de visibilidade da costa até a distância de 20 milhas) e águas oceânicas (área localizada além das 20 milhas da costa).

Quanto às embarcações para o turismo náutico recreativo-esportivo, destacam-se as embarcações de médio e pequeno porte: os veleiros, lanchas e iates como barcos conduzidos pelos próprios proprietários; veleiros e lanchas para base charter e passeios organizados por agências, clubes ou marinas (MTUR, 2010).

Tendo por base os **Mapas de Atividades Turístico Recreativas da APAM Litoral Centro**, segmentado em três setores (**Guaíbe, Carijó, Itaguaçu**), e o **Mapa de Atividades Turístico Recreativas da AME Ponta da Armação**, percebe-se que ocorrem múltiplas atividades náuticas recreativo-esportivas no território da APAMLC. Nas localidades onde a Serra do Mar se aproxima da linha da costa e conseqüentemente se tem a conformação das praias de bolso e das praias mais isoladas que são mais difíceis de serem acessadas por terra, tem-se a potencialidade de um turismo náutico recreativo como uma atividade secundária ao turista de segunda residência de sol e praia, a partir de embarcações próprias, passeios turísticos (escuna) e embarcações charter. Os cantões das praias, baías abrigadas de ventos e ondulações, rios e canais, são propícios a uma série de atividades náuticas recreativo-esportivas com e sem propulsão, a exemplo do caiaque, *Stand Up Padle* – SUP, *jet ski*, esqui aquático, banana *boat*, etc. As ilhas, costões continentais de promontórios, bem como os rios meandantes da planície costeira e estuários, são propícios às atividades de pesca amadora.

A costa da Baixada Santista apresenta tantos potenciais turísticos para a atividade náutica quanto a sua diversidade de ecossistemas naturais e elementos antropogênicos; há os fortes da costa central do litoral paulista que podem ser visitados por via marítima; tem-se o mais movimentado porto marítimo da América Latina, o Porto de Santos, que pode ser observado por passeios de escunas; existem as comunidades tradicionais que só se tem acesso por mar; e há também infinitas possibilidade de se avistar a orla marítima sob um diferente ponto de vista que só quem está navegando em alto mar pode usufruir.

Quanto à **estrutura de apoio** às atividades náuticas, a Baixada Santista, apresenta três tipos de equipamentos de apoio ao turismo náutico recreacional embarcado: as marinas, as garagens náuticas e os clubes náuticos. As marinas se referem ao lugar dotado de vagas molhadas em píeres de atracação e vagas secas acessadas através de rampas e equipamentos de elevação vertical. Geralmente são administradas por iniciativa privada individual ou por associativismo e com frequência oferecem outros equipamentos; tais como: alojamentos, restaurante, banheiros, piscinas de água doce, solário, etc. As garagens náuticas, por sua vez, se constituem como empreendimentos privados que oferecem somente a guarda e aluguel de pequenas embarcações para pesca dentro de águas abrigadas do sistema estuarino da região (PDTUR, 2002). Já os clubes náuticos, também denominados de late-clubes de acordo com o Diagnóstico da Pesca Amadora no Estado de São Paulo (FUNDEPAG/FF, 2015), possuem uma estrutura

jurídica diferente das garagens e marinas, uma vez que não possuem clientes e sim sócios. Estes detêm uma elevada vocação social, apresentam uma variedade de atividades para entreter seus sócios que vão além da simples guarda de embarcações.

De acordo com o Plano Diretor de Turismo da Baixada Santista (PDTUR, 2002), a região da Baixada Santista possuía, no ano de 2002, um total de 52 (cinquenta e duas) marinas e 2 (duas) garagens náuticas. Mesmo sendo este um dado desatualizado, o mesmo corrobora com a relevância da região no que concerne a estrutura náutica do litoral paulista e da região sudeste do Brasil. De acordo com a Associação Brasileira dos Construtores de Barcos e seus Implementos – ACOBAR (2012), a Baixada Santista apresenta a estrutura de apoio náutico mais organizada do Estado, abrigando muitas embarcações de grande porte e alto valor unitário do país, além de ser o berço de ações estratégicas e de fomento à cadeia produtiva náutica, de forma integrada entre poder público, iniciativa privada e entidades setoriais.

De acordo com o Diagnóstico Participativo elaborado pela Fundação Florestal (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014) e conforme evidencia os **Mapas de Atividades Turístico Recreativas da APAM Litoral Centro**, a maior parte das marinas está localizada em águas marítimas e interiores abrigadas nos municípios de Guarujá e Santos, mais especificamente no Canal de Bertioga e meandros do sistema estuarino de Santos e São Vicente. As águas interiores do Rio Itanhaém, segundo o Diagnóstico da Pesca Amadora no Estado de São Paulo (FUNDEPAG/FF, 2015), também abrigam algumas estruturas de apoio náutico.

O Turismo Náutico possui relevante potencial de desenvolvimento econômico. Na área de serviços/marinas são gerados em torno de 3 (três) postos de trabalho por barco acima de 25 (vinte e cinco) pés. Um barco gasta em média 8% de seu valor de compra por ano em manutenção. Os países que melhor desenvolveram o Turismo Náutico concentram 90% da produção mundial de embarcações, em um setor da indústria cuja média de criação de empregos é de 7 (sete) pessoas por barco produzido (MTUR, 2010).

As marinas da Baixada Santista geram cerca de 3.000 (três mil) empregos e se constituem como a segunda fonte (depois do Turismo) de arrecadação municipal, em função do estacionamento das marinas e garagens náuticas que guardam uma frota de cerca de 3.000 (três mil) embarcações. A indústria náutica como um todo gera aproximadamente 13.000 empregos diretos e indiretos.

O município do Guarujá possui o maior parque náutico particular do Brasil (superando o do Rio de Janeiro), e fabrica entre 60% a 80% de todos os barcos produzidos no Estado de São Paulo. Segundo dados do Sindicato das Marinas e Garagens Náuticas do Estado de São Paulo (SINDIMAR), existiam, no ano de 2013, 34 (trinta e quatro) marinas e garagens náuticas no município do Guarujá (INSTITUTO PÓLIS, 2013).

O Guarujá conta com o Complexo Industrial e Naval (CING), uma área de 1.570.000 m<sup>2</sup>, divididos em 54 (cinquenta e quatro) lotes que foram adquiridos por 19 (dezenove) proprietários. O CING dispõe de estaleiros, oficinas especializadas e um posto de abastecimento, sendo que mais de 1.000 (mil) pessoas circulam pelo complexo por dia. A sede do Clube Internacional de Regatas também se localiza no

município, promovendo cursos, eventos e atividades náuticas ao longo do ano. Empresas de manutenção como a *Inter Yatch*, fazem reparos e manutenções em barcos vindos de diferentes regiões do país. Estaleiros que constroem embarcações também estão instalados no município, como o exemplo do *ForceOnce*, que constrói barcos de alta performance (INSTITUTO PÓLIS, 2013). A marina denominada Marinas Nacionais, situada no município de Guarujá, mais precisamente no Canal de Bertioga, é certificada pelo Programa Bandeira Azul (*BlueFlag*), o que demonstra o seu comprometimento com o uso sustentável das áreas costeiras através de ações de educação ambiental, garantia da qualidade da água, segurança dos usuários e gestão ambiental da marina<sup>7</sup>.

No município de Bertioga, no ano de 2015, segundo a Secretaria de Meio Ambiente<sup>8</sup>, 11 (onze) marinas e garagens náuticas estavam legalmente registradas no município, e o fluxo de embarcações, somente no canal de Bertioga, por fim de semana durante a temporada, é de aproximadamente 1.500 (mil e quinhentos) barcos. A **Figura 3.3.1.1.2-1** apresenta uma marina localizada no Canal de Bertioga.

**Figura 3.3.1.1.2-1- Marina localizada no Canal de Bertioga, município de Guarujá.**



Fonte: Wikicommons, 2012.

<sup>7</sup> <http://www.blueflag.global/>. Acesso em 28/07/2016.

<sup>8</sup> <http://www.bertioga.sp.gov.br/noticias/turismo-nautico-atrai-investidores-para-bertioga/> (Acesso em 22/07/2016).

O município de Itanhaém, de acordo com o site da prefeitura municipal<sup>9</sup>, conta com cerca de 10 (dez) entidades náuticas entre marinas e clubes.

#### ■ Passeios turísticos em embarcações próprias, charter ou escunas

As atividades náuticas em águas marinhas costeiras são a principal opção no Turismo Náutico. As praias e ilhas são os principais atrativos turísticos procurados pelos que praticam os passeios náuticos turísticos realizados em embarcações próprias ou *charter*.

Como detalhado no Diagnóstico do Meio Físico (Item 3.1.3), no que concerne às ilhas, considerando-se estas como porção de terra rodeada por água em sua totalidade, estas podem ser primeiramente classificadas em marítimas, fluviais, lacustres ou marítimo-fluviais, a depender do ambiente em que se encontram. Foram levantadas pelo menos 30 (trinta) ilhas marítimas continentais que compõem a costa da região da APAMLC, considerando também levantamento realizado junto aos *sites* das prefeituras municipais, bem como, junto ao Plano Diretor de Turismo da Baixada Santista (PDTUR, 2002).

A partir das características geomorfológicas e antropogênicas das ilhas e das percepções de atores locais relatados no Diagnóstico Participativo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014), constata-se que estas não atendem aos principais anseios das atividades náuticas relacionadas à recreação por proprietários de embarcações ou *charter*, uma vez que quase nenhuma das ilhas existentes na APAMLC possui praia arenosa, constituindo-se estas, portanto, como costões rochosos providos ou não de vegetação nativa a depender do grau de exposição destas aos agentes morfo e hidrodinâmicos.

Quanto às praias, a atratividade destas para as atividades náuticas relacionadas aos passeios turísticos em embarcações próprias ou *charter*, está majoritariamente relacionada a aquelas praias de bolso, baías de águas calmas e abrigadas que propiciam a melhor atracação ou fundeio de embarcações, e que devido ao seu isolamento contam com a presença de ecossistemas naturais preservados. No caso da APAMLC, corrobora com a análise acima realizada, a percepção dos atores locais a partir do Diagnóstico Participativo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014) quando estes apontam a costa do Guarujá como roteiro dos passeios de escuna, em área compreendida entre a Ponta de Santo Amaro até o final da Serra do Guararu no limite com o canal de Bertioga. Esta percepção também corrobora com a informação obtida através do Plano Diretor de Turismo da Baixada Santista (PDTUR, 2002), pela qual se constata passeios de escuna como um produto turístico, nos municípios de Guarujá e Santos. No Guarujá, os passeios têm saída do Canal de Bertioga e possuem como principal atração à parada de cerca de 10 minutos para um mergulho nas praias localizadas na Serra do Guararu, a exemplo da Praia de Iporanga. Já no município de Santos, os passeios de escuna, de maneira geral, partem da ponta da praia (Ponte Edgar Perdigão) e levam para uma rota de aproximadamente duas horas pela Baía de Santos, passando por praias, ilhas, e próximo aos grandes navios de várias partes do mundo atracados no Porto de Santos.

---

<sup>9</sup> <http://www.itanhaem.sp.gov.br/turismo/servicos/marinas-portos.php> (Acesso em 22/07/2016).

A moto (*jet ski*) e esqui-aquático, são atividades praticadas, sobretudo, nos rios e enseadas protegidas de ventos e ondulações, e configuram-se como um dos principais conflitos entre os usos turísticos, sobretudo no que se refere aos banhistas. O Diagnóstico Participativo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014) apontou o Canal de Bertioga como um dos principais locais onde estas atividades concorrem com outras pelo uso do espaço.

#### ■ Atividades náuticas recreacional-esportivas não embarcadas e/ou sem propulsão:

Na maior parte das praias da Baixada Santista é frequente a prática de atividades náuticas recreacional-esportivas não embarcadas e/ou sem propulsão; como o surf, o caiaque, o *stand up padle* – SUP, entre outras. O surfe possui caráter de exceção das demais práticas náuticas recreacional-esportivas já que possui como ambiente favorável às praias de águas abertas, sobretudo aquelas que recebem as maiores ondulações vindas do quadrante S/SE (sul/sudeste) ou E (leste), ou seja, a maior parte das praias da Baixada Santista. Já o caiaque e o SUP ocorrem de maneira mais intensa nos cantos mais abrigados das praias mais frequentadas da região.

Tendo a Baixada Santista, a maior parte de suas praias recebendo ondulações associadas aos sistemas frontais, à tendência é a de que no período do verão a costa apresente maiores períodos de águas calmas e baixas ondulações, favorecendo assim uma série de atividades náuticas recreativo-esportivas tais como o *stand up padle* – SUP, o caiaque, esqui aquático, moto aquática (*jet ski*), etc. Já no outono e no inverno a tendência é que o mar fique mais agitado, favorecendo a prática do surf.

A prática do *stand up padle* - SUP é recente e se difundiu rapidamente no Brasil, especialmente no litoral do Sudeste, alcançando um grande número de adeptos. O SUP pode ser praticado tanto em águas abrigadas e calmas quanto em águas agitadas com a presença de ondulações, entretanto, a sua prática está majoritariamente associada à remada e a contemplação e vivência do ambiente marinho ou fluvial e lacustre. As ilhas marítimas costeiras que distam em média de um a três quilômetros da costa servem, muitas vezes, de referência, “boia”, e ponto de aportagem para as atividades náuticas de remo, conforme indica mapa das atividades náuticas na APAMLC, elaborado no Diagnóstico Participativo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014).

Quanto ao perfil do turista que pratica as mais variadas atividades náuticas acima descritas, este está majoritariamente associado ao turista de sol e praia, aquele que provém da Região Metropolitana de São Paulo, com bom poder de consumo, que possui imóvel de segunda residência no litoral, que visita a região com certa frequência, e de sazonalidade vinculada ao período de férias na estação mais quente do ano, o verão.

#### ■ Pesca Amadora Turística

Se por um lado as ilhas marítimas continentais da APAMLC não se constituem como atrativo significativo para algumas atividades náuticas, dada a ausência de praias arenosas e a majoritária formação de

costões rochosos, por outro estas se apresentam como significativos atrativos para a atividade de pesca amadora,

Os costões rochosos, ambiente costeiro formado por rochas na transição entre os meios terrestre e aquático (CARVALHAL F. & BERCHEZ F.A.S, 2009), devido a maior profundidade das águas em seu entorno, combinada a rica biodiversidade que estas formações geológicas comportam, resultam em significativos recursos pesqueiros para as diversas modalidades de pesca amadora: embarcada, desembarcada e subaquática.

De acordo com os mais variados segmentos que contribuíram para a realização do Diagnóstico Participativo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014), a pesca amadora é praticada ao longo de toda a costa da APAMLC, sendo as ilhas, parciais e costões os principais atrativos turísticos, conforme demonstrado nos **Mapas de Atividades Turístico Recreativas da APAM Litoral Centro dos Setores Guaibe, Carijó e Itaguaçu** e também o **Mapa de Atividades Turístico Recreativas da AME Ponta da Armação**. As Ilhas da Queimada Grande e Pequena, bem como a Ilha da Moela, são alvos prioritários da pesca amadora embarcada, bem como, da pesca subaquática. A Ilha das Cabras, localizada no município de Guarujá, se configura como um local onde não raro são montados acampamentos para a realização da pesca amadora desembarcada de costeira.

Quanto ao perfil do praticante da pesca amadora, vale primeiramente enfatizar que esta atividade é também bastante praticada por moradores locais, principalmente no que se refere à pesca amadora desembarcada de costeira e praia (FUNDEPAG/FF, 2015). Ainda de acordo com informações levantadas do Diagnóstico Participativo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014), os principais polos emissores de turistas que vêm praticar a pesca amadora ao longo da costa da APAMLC, são de municípios pertencentes à Região Metropolitana de São Paulo - RMSP e costumam contratar guias que conduzem grupos de 3 (três) a 10 (dez) pessoas em média. Dentre os turistas, cabe enfatizar, primeiramente, a diferença de perfil do praticante da pesca amadora para o praticante do turismo de sol e praia. Em geral o praticante da pesca amadora possui menor grau de instrução (43% dos entrevistados possuíam ensino médio completo) e menor poder de consumo (35% possuíam renda mensal de até três salários mínimos), em relação ao veranista de sol e praia (FUNDEPAG/FF, 2015).

Muito embora este tipo de turismo também apresente certa sazonalidade, com incremento no fluxo de turistas na estação o verão e mais especificamente durante o mês de janeiro, a pesca amadora, diferentemente do turismo de sol e mar, ocorre durante o ano inteiro. Até mesmo porque o elemento de maior atratividade para a atividade é a quantidade e qualidade de peixes disponíveis, ou seja, o recurso pesqueiro. A motivação para a realização da pesca amadora vai além da água, do sol e do calor. Segundo pesquisa realizada junto aos que praticam a pesca amadora embarcada da APAMLC ((FUNDEPAG/FF, 2015), apenas 5% creditaram ao mau tempo fator impeditivo ou limitante para a atividade. Para 82% dos entrevistados a pesca amadora possui importância por seu caráter recreativo e 71% diz não possuir licença de pesca estando estes em desacordo com a legislação (FUNDEPAG/FF, 2015), o que implica em uma maior demanda para o efetivo de fiscalização e monitoramento da atividade sob o risco de agravamento dos impactos socioambientais e conflitos com a pesca artesanal.

Quanto às embarcações náuticas utilizadas para a prática da pesca amadora, faz-se primeiramente necessária a compreensão do que se entende por embarcação náutica segundo o Ministério do Turismo: “*construção sujeita à inscrição na autoridade marítima e suscetível de se locomover na água, por meios próprios ou não, transportando pessoas*” (MTUR, 2010). Podem ser de grande porte ou iate, com comprimento igual ou maior a 24 (vinte e quatro) metros, de médio porte, inferior a 24 (vinte e quatro) metros (exceto as miúdas), e as miúdas com comprimento inferior a 5 (cinco) metros ou superior a 5 (cinco) metros, mas que apresentem como características: convés aberto, convés fechado sem cabine habitável e sem propulsão mecânica e que, caso utilizem motor de popa, este não exceda 30HP.

Para a Marinha do Brasil o conceito das embarcações náuticas é mais amplo que o adotado pelo Ministério do Turismo, uma vez que esta considera também o transporte de cargas, a saber:

“NORMAM-03/DCP 1 – Embarcação é qualquer construção, inclusive as plataformas flutuantes e as fixas quando rebocadas, sujeitas à inscrição na autoridade marítima e suscetível de se locomover na água, por meios próprios ou não, transportando pessoas ou cargas”. (MARINHA DO BRASIL, 2003).

As embarcações de esporte e de recreio, com ou sem propulsão, são classificadas pela NORMAM-03/DCP segundo a área de navegação e o tipo de embarcação. Em relação à área, têm-se as águas interiores, consideradas abrigadas, como lagos, lagoas, baías, rios e canais, e mar aberto, em águas marítimas, consideradas desabrigadas, podendo ser subdivididas em águas costeiras, dentro dos limites de visibilidade da costa, até a distância de 20 (vinte) milhas, ou águas oceânicas, além das 20 (vinte) milhas da costa. Já em relação aos tipos de embarcações a norma apresenta: balsa, bote, escuna, flutuante, *hovercraft*, jangada, lancha, saveiro, traineira, veleiro, iate, moto aquática, barça, chato, entre outras.

De modo geral, a pesca amadora embarcada na APAMLC é praticada em embarcações de médio porte, baleeiras de madeira ou voadeiras de alumínio, tendo como principais pontos de saída o Canal de Bertoga, a Praia do Perequê no Guarujá e o Rio Itanhaém. De acordo com os mais variados segmentos que contribuíram para a realização do Diagnóstico Participativo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014), a pesca amadora é praticada ao longo de toda a costa da APAMLC, sendo as ilhas, parcéis e costões os principais atrativos turísticos. As informações obtidas a partir do Diagnóstico da Pesca Amadora no Estado de São Paulo (FUNDEPAG/FF, 2015) corroboram a informação do Diagnóstico Participativo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014) e trazem mais detalhes, confirmando a maior incidência da pesca amadora desembarcada nas praias arenosas continentais, plataformas, píeres, costões rochosos de promontórios, e conformando a maior incidência da pesca amadora embarcada no entorno de ilhas e parcéis. A plataforma de Mongaguá é um importante local para a prática da pesca amadora desembarcada (**Figura 3.3.1.1.2-2**).

Figura 3.3.1.1.2-2– Plataforma de Mongaguá



Fonte: [www.mongagua.sp.gov.br](http://www.mongagua.sp.gov.br). Acesso em 23/09/2016.

Destacam-se, de acordo com o Diagnóstico da Pesca Amadora no Estado de São Paulo (FUNDEPAG/FF, 2015), e conforme detalhado no **Item 3.3.1.4.2** que trata a pesca amadora no presente diagnóstico, os pontos da APAMLC onde a atividade de pesca amadora acontece com maior intensidade, conforme **Quadro 3.3.1.1.2-1** a seguir:

Quadro 3.3.1.1.2-1 – Principais locais da pesca amadora

Modalidade de Pesca	Local
Desembarcada e Embarcada estuário	Rio Itapanhaú
Desembarcada e Embarcada estuário / Pier	Canal de Bertioga
Embarcada Costeira	Cascalho
Desembarcado Pier	Trapiche de Bertioga
Embarcada estuário	Estuário de Santos
Embarcada Costeira	Ilha da Moela
Desembarcada Costão	Forte dos Andradas
Embarcada Costeira	Baía de São Vicente
Desembarcado Pier	Deck do Pescador
Embarcado Costeira	Ponte dos Práticos
Desembarcada Costão Rochoso	Ilha das Palmas
Embarcada Costeira	Laje de Santos
Desembarcado Costão	Ilha Porchat

Desembarcado Píer	Ponte Pensil
Desembarcado Píer	Plataforma de Mongaguá
Embarcada Costeira	Ilha Queimada Grande
Embarcada Costeira	Laje da Conceição
Embarcada Costeira	Parcel dos Reis
Embarcada Costeira	Parcel Dom Pedro
Desembarcado Costão	Ilha das Cabras (Itanhaém)
Desembarcado estuário	Foz do Rio Itanhaém
Embarcada Costeira	Ilha Queimada Pequena
Embarcada Costeira	Parcel da Conceição
Embarcada Costeira	Ilha do Guarau
Embarcada Costeira	Parcel do Una
Embarcada Costeira	Parcel Três Marias
Embarcada estuário	Ilha do Ameixal

Fonte: elaborada pelo autor (adaptado de FUNDEPAG/FF, 2015).

Vale registrar o papel operacional que exercem algumas marinas para que se efetive a atividade de pesca amadora: oferecem aluguel de embarcações de alumínio (com ou sem motor), venda de isca-viva e contratação de piloteiros para pescarias ao longo do Canal e realizando o transporte para aqueles que buscam pernoitar ou passar o dia.

De acordo com o Diagnóstico da Pesca Amadora no Estado de São Paulo (FUNDEPAG/FF, 2015) e com as informações extraídas do Diagnóstico Participativo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014); quanto ao recurso pesqueiro para a pesca desembarcada de costão, as espécies capturadas com maior frequência são os pampos, os bagres e as betaras, sendo que as mais almejadas são o robalo e a corvina. Para a pesca desembarcada em estuário as espécies mais almejadas são os paratis e robalos, sendo os paratis os mais capturados. Para a pesca desembarcada de píer parece não haver uma espécie-alvo, sendo as mais capturadas os paratis e os bagres. Para a pesca desembarcada de praia os robalos são as espécies mais cobiçadas, sendo que as mais capturadas são os bagres e as betaras. Na pesca embarcada de costeira a principal espécie-alvo é a prejereba, sendo a mais capturada o peixe espada. Para a pesca embarcada de estuário a espécie mais almejada é o robalo, sendo as mais capturadas as betaras, corvinas, bagres, e baiacus. Para a maior parte dos entrevistados o destino final que se dá aos peixes capturados é o consumo próprio.

A pesca subaquática, apesar de ter pontos prioritários para a sua prática, segundo a percepção de diversos segmentos que compuseram a elaboração do Diagnóstico Participativo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014), tem sido praticada em menor escala em todos os parcs e ilhas da APAMLC, bem como nos estuários do Canal de Bertioga e Rio Itanhaém.

## ■ Cruzeiros Marítimos

O conceito de cruzeiros marítimos, segundo a Organização Mundial de Turismo (OMT) se refere ao setor turístico onde o navio pode ser um destino e não o meio para realizar uma viagem, transformando-se num produto turístico específico (OMT, 1999).

No ano de 1995 quando da aprovação da Emenda Constitucional número 7 (sete), foi liberada a cabotagem por navios de bandeiras estrangeiras no Brasil. Desde então o que se tem exclusivamente no país é a atuação de armadores internacionais que enviam os navios da Europa para o Brasil entre os meses de novembro a abril, período este de frio e mar agitado no continente europeu e consequente decréscimo da demanda por lá . Algumas regras são impostas a operação destes armadores internacionais no Brasil, dentre as quais a necessidade de abrir empresa no país com finalidade de representação, administração e pagamento de impostos ao governo brasileiro, bem como, a consolidação de parceria para a venda e comercialização dos pacotes turísticos, papel este majoritariamente exercido por uma subsidiária das armadoras ou pela agência de viagens brasileira denominada CVC.

Observa-se decréscimo precoce no fluxo de cruzeiros marítimos na costa brasileira desde a temporada 2012/2013. Na temporada de 2014/2015, foram registrados 549.619 cruzeiristas, 7,9% a menos que a temporada anterior (FGV, 2015). As quatro operadoras ainda presentes no Brasil foram unânimes em suas avaliações, atribuindo à decisão de redução da frota ou desistência completa aos gargalos e problemas na área portuária, incluindo os desafios operacionais, tributários e burocráticos. Para a *Royal Caribbean* a decisão foi tomada devido aos altos custos operacionais no Brasil e ao crescimento de mercados como Ásia e Oceania que tem feitos inúmeros investimentos de infraestrutura e apresentando cenários mais competitivos para atuação de empresas marítimas.

Considera-se, porém, de acordo com a teoria Butler (1980), a possibilidade de rejuvenescimento do ciclo de vida dos cruzeiros marítimos no Brasil, caso sejam tomadas iniciativas imediatas visando reverter os principais gargalos ao setor. O Brasil possui enorme potencial turístico para esta atividade, com uma costa de mais de 7.000km com muitas praias, ilhas e cidades com potencial turístico além de condições climáticas favoráveis como águas calmas e sol.

Muito embora suas praias estejam fora dos limites da APAMLC, o município de Santos é tido como a capital dos cruzeiros marítimos (**Figura 3.3.1.1.2-3**). O Porto de Santos é considerado como o principal *home port* do país, ou seja, aquele que serve de embarque e desembarque de navios de passageiros, e que utilizam o Porto como elo logístico da atividade turística, devido a sua já consagrada rede de apoio e posição estratégica nacional e regional, próximo aos principais centros e econômicos e consequentemente polos emissores turísticos, como é o caso da cidade de São Paulo. As armadoras no Brasil, segundo Faculdade Getúlio Vargas (FGV,2015), operam com duas rotas principais: a rota sul para visitar as capitais do Uruguai e da Argentina e a rota norte vai para Salvador e, com menor frequência, até Recife.

Figura 3.3.1.1.2-3- Cruzeiro da MSC na Baía de Santos.



Fonte: Wikicommons, 2008.

O Porto de Santos, conta ainda com um terminal exclusivo de passageiros, o Terminal Marítimo de Passageiros Giusfredo Santini – CONCAIS. De caráter privado, o CONCAIS foi inaugurado em 23 de Novembro de 1998, e se constitui hoje como o maior e mais moderno da América Latina com 41,5 mil m<sup>2</sup>, capacidade para atender até 42 mil passageiros por dia, área de logística com cerca de 20 mil m<sup>2</sup> para atender o fluxo de veículos de passeios, ônibus e vans, mais de 75 (setenta e cinco) vagas para ônibus, estacionamento, instalações para *stakeholders* como alfândega, armadores, polícia federal, despachantes, etc. (CONCAIS, 2016).

Muitos dos navios têm comprimento semelhante aos maiores cargueiros graneleiros ou contêineres que frequentam o Porto, com mais de 250 (duzentos e cinquenta) metros de comprimento, mas ao contrário destes que precisam de profundidades mínimas de 12 (doze) metros no cais, os navios de passageiros calam em sua maioria menos que 8 (oito) metros, facilitando sua aproximação por mar com os destinos turísticos.

Com o aumento do fluxo de turistas nas cidades, as mesmas são beneficiadas em diferentes aspectos: movimento da economia local e do entorno; geração de empregos; estímulo à entrada de divisas; e promoção do destino em âmbitos nacional e internacional. Quanto aos gastos dos cruzeiristas e tripulantes nos portos de embarque/desembarque e trânsito, a movimentação econômica engloba compra de passeios turísticos, souvenirs, alimentos e bebidas, e transporte durante, antes e/ou após a viagem (FGV, 2015).

Os altos custos com impostos sobre passagens e crescentes taxas aduaneiras, limitam a competitividade do destino turístico em um contexto internacional. Um cruzeiro na costa brasileira é três vezes mais caro do que um na costa da Europa (AMARAL, 2013). Constata-se que as taxas de embarque/desembarque e trânsito que os armadores pagam por passageiro são bastante onerosas, sendo as do Porto de Santos, as mais elevadas. Há também as taxas de pernoite do navio, taxas de rebocagem, taxas de abastecimento e taxas de tratamento dos resíduos. O alto custo relacionado à praticagem também é apontado como fator

limitante ao sucesso dos cruzeiros marítimos nacionais. No Brasil, estas taxas estão entre as mais altas do mundo, fazendo com que o país perca cruzeiros para outros países da América do Sul com taxas mais atrativas.

A burocratização e a legislação também podem ser apontadas como entraves ao bom andamento dos cruzeiros marítimos no país. Quanto aos aspectos legais ressalta-se o fato de não haver uma legislação específica para o setor dos cruzeiros marítimos, mas sim uma série de dispositivos normativos que afetam a atividade e que ensejam em conflitos de normas entre os vários órgãos e os vários portos, deixando desorientados os armadores.

Por fim se tem os problemas relacionados à infraestrutura logística necessária a boa evolução do setor, sendo que destes, o Porto de Santos sofre especificamente com a falta de espaço no terminal de passageiros, falta de sinalização e falta de estacionamento. O acesso terrestre ao Porto de Santos é também um dos grandes problemas enfrentados pelos cruzeiristas que embarcam e desembarcam no Porto, devido ao trânsito excessivo e deficiência do transporte público (CLIA ABREMAR, 2010).

Uma série de projetos tem sido pensada a fim de atender o crescente potencial de mercado para os cruzeiros marítimos, bem como, para equacionar os gargalos, vistos acima, que tem levado ao declínio precoce desta atividade turística. No que se refere à infraestrutura logística tem-se a reconversão da área portuária histórica do Valongo em Santos, com a inclusão de um novo terminal de passageiros no projeto e o Aeroporto Metropolitano do Guarujá, integrado as operações de transporte para cruzeiros. Quanto ao problema de dragagem tão comum aos portos brasileiros, o Porto de Santos vem trabalhando a questão via Programa Nacional de Dragagem, com investimentos previstos na ordem de cerca de R\$ 1.000.000.000 (um bilhão) (SEP, 2014).

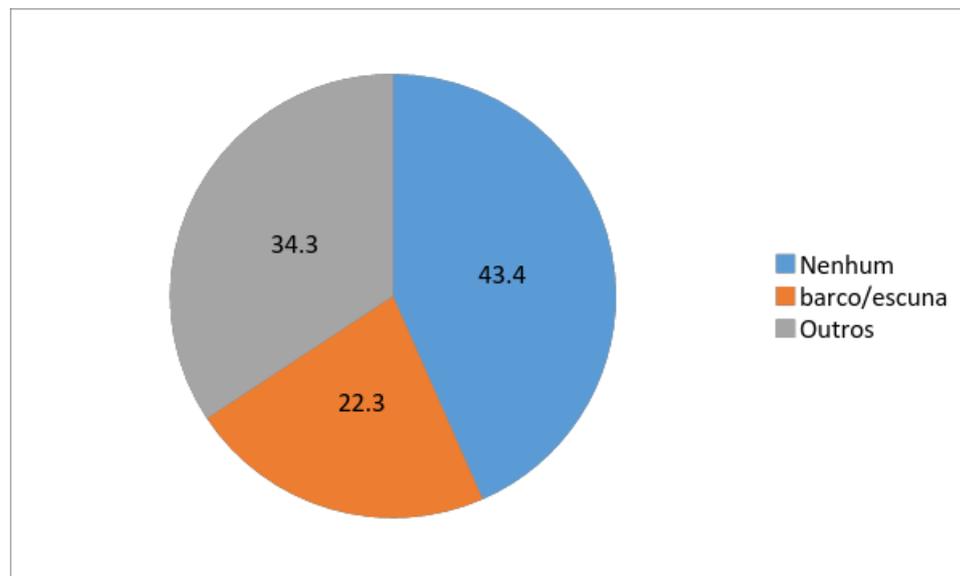
O município de Santos assume importante papel nacional no setor de cruzeiros marítimos, uma vez que se configura como o principal *home port* do país devido a sua já herdada estrutura e posição estratégica geográfica próxima ao principal polo emissor turístico. Entretanto, a cidade de Santos, possui papel relevante no exercício de um elo logístico ao setor, e menos como destinação turística, o que demonstra ainda o enorme potencial de ganhos socioeconômicos que o município pode aferir com os cruzeiros marítimos, caso sejam equacionados uma série de gargalos ao setor, conforme descrito acima.

No que concerne ao ambiente, ao aspecto locacional, no qual se dá a atividade de cruzeiros marítimos em relação à área da APAMLC, constata-se que os cruzeiros marítimos se utilizam da Baía de Santos, e adentram no canal de acesso ao Porto, ou seja, fora dos limites territoriais da APAMLC. Conforme informação obtida junto ao Diagnóstico Participativo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014), os navios de passageiros adentram e saem da Baía, com destino às rotas sul e norte, passando por fora da Ilha da Moela.

### ■ Consideração sobre as atividades náuticas recreativo-esportivas

Em pesquisa realizada pelo SRCVB (SRCVB, 2004), conforme pode ser observado no Gráfico a seguir, 43,4% dos turistas da Baixada Santista, quando perguntados sobre qual passeio gostaria de ter feito, mas não o fez, respondem: nenhum. Dentre os diversos passeios não realizados apontados pelos turistas, o passeio de barco e escuna é o mais citado, em cerca de 20% das respostas.

Figura 3.3.1.1.2-1 – Passeios não realizados: Porcentagens por categoria.



Fonte: Elaborado pelo autor (adaptado de SRCVB, 2004).

No entanto, quando os turistas foram indagados sobre o motivo da não realização do passeio, cerca de 50% não alegam ou não sabem dizer o motivo. Estes dados nos permitem conjecturar a relativa baixa atratividade de ilhas e praias da Baixada Santista para os passeios de barco e escuna, de acordo com os anseios e perfil do turista de sol e praia da região, bem como, nos possibilita implicar causa a baixa atratividade, relacionada à falta de estruturação e promoção deste produto turístico. Corroborar ainda para tal análise, o fato de cerca de 30% dos turistas entrevistados no município de Santos apontarem o passeio de barco ou escuna como algo desejável, mas não realizado. O percentual de 30% de Santos mostra-se significativamente maior do que dos demais municípios que compõem a Baixada Santista (20%), o que pode ser explicado por uma promoção natural da atividade, em função do tráfego de navios cargueiros e cruzeiros marítimos na Baía de Santos.

Dentre as atividades náuticas de caráter recreativo e/ou esportivo pode se identificar perfis distintos ao turista de sol e praia. O turista que pratica a pesca amadora embarcada, de modo geral, não é o veranista, e muito embora, os elementos de atratividade desta atividade não estejam intrinsicamente relacionadas ao verão observa-se o mesmo padrão de sazonalidade observado para o turismo de sol e praia. O perfil do cruzeirista também é diversificado e único, e da mesma forma, esta atividade possui sazonalidade relacionada à estação do verão.

Nota-se a crescente demanda para o turismo relacionado às atividades náuticas de pesca amadora e cruzeiro marítimo, entretanto, o incremento destas atividades passa por uma série de medidas que vão desde o provento de estrutura de apoio e logística adequada, até a resolução de entraves burocráticos, legais, de monitoramento e fiscalização. Se promovidas adequadamente, do ponto de vista socioeconômico tais atividades não só significam um incremento, como também podem minimizar o problema da sazonalidade do turismo na Baixada Santista, uma vez que para os cruzeiros marítimos a costa do nordeste brasileiro apresenta sol o ano todo e para a pesca amadora, os recursos pesqueiros também estão presentes o ano todo no mar.

No que se refere aos aspectos locacionais para as atividades náuticas recreativo-esportivas, de modo geral, destacam-se, conforme apresentado nos **Mapas de Atividades Turístico Recreativas da APAM Litoral Centro dos Setores Guaibe, Carijó e Itaguaçu e da AME Ponta da Armação:**

- Para a pesca amadora desembarcada os píeres e plataformas, bem como os costões rochosos dos diversos tômbolos e promontórios, estuários do Canal de Bertioga e Santos, Rio Itaguaçu, Rio Itapanhaú, Rio Guaratuba, Rio Mongaguá, Rio Preto, Rio Itanhaém;
- Para a pesca amadora embarcada e subaquática: todas as ilhas e parciais da região, bem como, nos rios Itaguaçu, Itapanhaú, Guaratuba, Mongaguá, Preto, Itanhaém;
- Para os cruzeiros marítimos a Baía de Santos e o canal de acesso ao terminal de Passageiros – CONCAIS;
- Para as demais atividades (caiaque, surfe, *jet-ski*, esqui aquático, etc.): a zona de arrebentação costeira, os cantões e baías abrigas de vento e ondulação, os rios e canais da região.

### 3.1.1.1.3 Eventos

Para fins do presente diagnóstico buscou-se o levantamento dos eventos que compõem o calendário oficial dos municípios da Baixada Santista, através dos sites das prefeituras municipais, bem como, do Plano Diretor de Turismo da Baixada Santista.

O Ministério do Turismo define o segmento de Turismo de Negócios e Eventos como “*aquela que o turista que o realiza, não escolhe por si só o destino que irá viajar, pois depende da decisão de sua empresa/instituição ou da cidade que sediará o evento*” (MTUR, 2010).

No que se refere aos eventos de caráter corporativo/negócios, comerciais, técnico-científicos e promocionais, estes se concentram nas cidades de Santos e Guarujá. O que se justifica devido à oferta estrutural relacionada principalmente a capacidade de salas disponíveis nos hotéis da região visando o suporte de tais acontecimentos, bem como, devido a maior proximidade com o principal polo emissor a este segmento: a cidade de São Paulo. Dos hotéis com espaço para a realização de eventos na Baixada Santista, 72% da oferta está concentrada nas cidades de Santos e Guarujá, o que corresponde a uma capacidade para atender cerca de 6.000 (seis mil) pessoas. Fora estas as cidades contam com um ou

outro espaço para a realização de eventos e exposições e feiras, sendo que, em muitos casos, a depender do evento, são usados espaços como ginásios esportivos, estacionamentos, praia, etc. Este turismo de caráter corporativo é fomentado, sobretudo, pelo setor portuário, industrial, de serviços, imobiliário, financeiro e turístico (AGEM, 2002).

Quanto aos eventos de caráter artístico e social, as cidades de Guarujá e Santos sediam um número significativamente maior de eventos, em função de sua maior proximidade com o principal polo emissor (São Paulo), maior quantidade e qualidade equipamentos de apoio, e significativa população residente (quando em comparação aos demais municípios da Baixada). Verifica-se, conforme **Figura 3.3.1.1.3-1** junto aos calendários oficiais dos municípios uma ampla diversidade de temas que vão desde as tradicionais queimas de fogo na virada do ano no mês de janeiro e festas de carnaval no mês de Fevereiro, até festivais de música nordestina, eventos de *moto cross*, torneio de tênis, etc. Apesar da diversidade temática, observam-se também temas comuns aos municípios como as festividades relacionadas a São Pedro no mês de junho, bem como, a eventos voltados à cultura tradicional local, como as festas da tainha, do camarão na moranga, os eventos náuticos, sobretudo, em Santos e Guarujá, e os torneios de pesca esportiva.

Figura 3.3.1.1.3-1 – Calendário com os principais eventos da Baixada Santista

Eventos	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
<b>Bertioga</b>												
Verão Azul/Summer Gospel	X											
Carnaval Pé na Areia		X										
Festival Nacional da Cultura e Esporte e Indígena				X								
Arena Cross / Aniversário da cidade / Celebração de José Anchieta					X							
Cidade Junina / Festa de São João Batista / Festa de São Pedro Pescador						X						
Festa da Tainha / Dia Mundial do Rock							X					
Camarão na Moranga								X				
Festa das Nações / Festa da Primavera									X			
Revela Bertioga / Moto Fest / Festa Nordestina										X		
Lançamento Luzes de Natal / Reveillon												X
<b>Guarujá</b>												
Festa de Santo Amaro / Boat Experience	X											
Torneio Internacional de tênis / Festival Nacional de Surf / Carnaval		X										
Encenação da Paixão de Cristo			X									
Festa Nossa Senhora de Fátima					X							
Festa de São Pedro / Festas Juninas / Festas de Corpus Christi / Boutique Boat Show						X						
Festival de Música Sertaneja / Sport Marina Feira Náutica							X					
Processão de Nossa Senhora dos Navegantes / Festival do Folclore / Festa da Capoeira								X				
Festa de Iansã									X			
Exposição de presépios												X
<b>Santos</b>												
Bandas e blocos carnavalescos / Dia da cultura / Semana de competições náuticas / semana municipalista	X											
Festa de Iemanjá / Dia do Bairro Vila Belmiro / Dia do carnabonde / Carnaval / Semana Brás Cubas		X										
Semana cultural Rui Ribeiro Couto / Semana Nacional da Biblioteca / Semana Villa Lobos			X									
Semana Vicente de Carvalho / Semana Monteiro Lobato / Circuito Santista de Surf				X								
Procissão de aparição da Nossa Senhora de Aparecida / Festival de Poesias "poesantos"					X							
Semana do Patriarca da Independência / Festa da Tradição Nordestina / Festa da Tainha						X						
Comemoração da Revolução de 32 / Festival Longboard Pioneiros do Surf Paulista / Dia da caõminhada							X					
Semana de Arte e Cultura / Semana euclidiana / Semana do Nordeste / Semana do Folclore / Semana do Ciclista / Exposição de carros antigos								X				
Dia da Padroeira Nossa Senhora de Monte Serrat / 1ª Etapa da Travessia da Laje de Santos / Festival de Curtas Metrâgens - Curta-Santos / Prova 8 milhas do Porto de Santos									X			
2ª etapa da travessia da Laje de Santos / Feira Nacional do Livro Baixada Santista / Santos Exposit										X		
Semana de Cultura afro-brasileira / semana da música											X	
3ª etapa da travessia da Laje de Santos												X
<b>São Vicente</b>												
Si												
<b>Praia Grande</b>												
Si												
<b>Mongaguá</b>												
Show de Verão	X											
Carnaval		X										
Festão na Praia						X	X	X				
Caminhada para Jesus						X	X	X				
Festa da padroeira Nossa Senhora da Conceição Aparecida										X		
Aniversário da cidade / Festa de Iemanjá / Reveillon												X
<b>Itanhaém</b>												
Show de verão	X	X										
Carnaval dos bairros			X	X								
Festa do peão					X							
Festa do divino						X						
Encontro do fusca									X			
Festival gastronômico										X		
<b>Peruíbe</b>												
Festival de Verão	X											
Aniversário da cidade		X										
Torneio de pesca do araquã			X									
Congresso ufológico					X							
Festa de São João Batista						X						
Festival Gastronômico / Festival de Inverno / Festa da Tainha / Seminário Lama Negra							X					
Aloha Hoe (campeonato de canoas havaianas) / Festa calçara/ Festival gospel								X				
Festa da Primavera									X			
Campeonato brasileiro de canoas havaianas										X		
Moto Fest											X	
Corrida de aventura (Guarau) / Concerto de Natal												X

\*Si: Sem informação

Fonte: elaborado pelo autor.

Vale frisar que os eventos possuem importante e potencial papel no que se refere à mitigação do problema da sazonalidade do turismo praticado na costa da Baixada Santista, pois independem de condições climáticas favoráveis para as atividades de sol e praia e náuticas, bem como, independe das férias escolares. Todavia, atenta-se para a dispersão de temas que pouco integram e valorizam a cultura local, e para a repetição de eventos temáticos entre os municípios. Tais fatos indicam a necessidade do estabelecimento de um calendário de eventos regional da Baixada Santista e que possa assim, através de uma ação conjunta intermunicipal centrar esforços e recursos a fim de promover um menor número de

eventos, porém com maior estrutura e promoção, bem como, fazer destes uma forma de integração e valorização da cultura local, e de fomento aos segmentos turísticos potenciais como o da pesca amadora e atividades náuticas de modo geral.

O município de Guarujá é palco de uma série de eventos náuticos esportivos, com destaque para as duas exposições de embarcações que acontecem todo o ano por lá: o *Boat Experience* que acontece no mês de Janeiro e se caracteriza como um evento de exposição de estaleiros nacionais e internacionais; e o *Boutique Boat Show* que acontece no mês de Julho e é promovido pelo late Clube de Santos com a finalidade de exibir iates e lanchas de alto padrão (PETROBRAS, 2014). Três eventos de natação no mar são promovidos no município pela Federação Aquática Paulista, sendo o Circuito Guarujaense de Travessias Aquáticas, na Praia do Guaiuba; o Circuito Paulista de Travessias Aquáticas, na Praia da Enseada e o Campeonato Paulista de Maratonas Aquáticas, na mesma praia<sup>10</sup>. O município de Guarujá costuma ainda sediar uma série de eventos relacionados ao surfe, promovidos pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, a Federação Paulista de Surf e a Associação de Surf do Guarujá. Dentre estes eventos, destacam-se o *Hang Loose Surf Attack*, *Açaí da Ilha Surf*, *Kaza Ultimate Boarder*<sup>11</sup>.

#### 3.1.1.1.4 Atividades de ecoturismo

De acordo com a definição dada pela Embratur, “*Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva a sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações*” (EMBRATUR, 1994).

Para que o Ecoturismo ocorra é necessário, no entanto, uma conjunção de fatores que caracterizem a atividade, sendo primordial a presença de ambientes pouco ou nada antropizados e de ecossistemas naturais conservados. O uso turístico do atrativo deve priorizar aspectos como a contemplação e a vivência da natureza, visando à promoção de uma consciência conservacionista. Dentre os objetivos primordiais para o Ecoturismo se destacam a observação e contemplação da fauna, flora, formações geológicas e fenômenos naturais, sendo que tais objetivos podem ser alcançados por meio de usos como as caminhadas, mergulhos, trilhas interpretativas, safáris fotográficos (MTUR, 2008).

O Ecoturismo na Baixada Santista ocorre em áreas limítrofes a APAMLC, sobretudo, naquelas áreas, conforme visto anteriormente, que se mantiveram a margem do processo de ocupação e urbanização, em um primeiro momento devido às características de seu relevo íngreme (maciços do cristalino) e vegetação densa, para que em um segundo momento estas áreas fossem consideradas áreas de preservação ambiental.

---

<sup>10</sup> <http://www.guaruja.sp.gov.br>. Acesso em 28/07/2016.

<sup>11</sup> <http://www.guaruja.sp.gov.br>. Acesso em 28/07/2016.

O perfil do ecoturista, de acordo com o Ministério do Turismo, se caracteriza por pessoas de faixa etária entre 25 e 50 anos, poder aquisitivo médio e alto, escolaridade de nível superior, profissão de caráter liberal, viaja sozinho ou em pequenos grupos, permanência média em destinos nacionais de 4 (quatro) dias, procedência de grandes centros urbanos, desejo de contribuir com a conservação do meio ambiente (MTUR, 2008). O grande diferencial do ecoturista em relação ao turista de sol e praia, entretanto, se refere ao caráter motivacional de um e de outro para a prática do turismo, os elementos que lhes geram atratividade são distintos. Enquanto que o ecoturista prima por ambientes naturais conservados e que possam lhe propiciar uma maior vivência e observação da fauna, flora e fenômenos naturais, o turista de sol e praia prima pelos elementos água, sol e calor, relegando a papel secundário o estado de conservação dos atrativos e muitas vezes não se importando quanto a elementos naturais, muitas vezes preferindo um ambiente urbano que lhe confira maior conforto.

A prática do Ecoturismo é importante instrumento pelo qual se pode agregar valor aos ambientes naturais conservados, e desta forma, paulatinamente promover uma mudança de paradigma em uma sociedade habituada a enxergar os recursos naturais somente enquanto recursos para serem apropriados sob a lógica econômica. A prática do Ecoturismo serve ainda como um importante instrumento promotor de boas práticas para outros segmentos turísticos, segundo os marcos conceituais estabelecidos pelo Ministério do Turismo (MTUR, 2006), servindo como exemplo de medidas a serem adotadas com fins a prática de um turismo sustentável e que, independente do segmento, possua como prerrogativa o desenvolvimento econômico aliado a inclusão social e a conservação ambiental.

*“Turismo sustentável é o que relaciona as necessidades dos turistas e das regiões receptoras, protegendo e fortalecendo oportunidades para o futuro. Contempla a gestão dos recursos econômicos, sociais e necessidades estéticas, mantendo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de suporte à vida” (OMT, 1999).*

A seguir serão listados os principais atrativos da Baixada Santista para a prática do Ecoturismo.

#### ■ Parque Estadual da Restinga de Bertioga

A prática do Ecoturismo no município de Bertioga acontece em função da criação da UC e de seu diferencial quanto a Mata de Restinga. São duas trilhas abertas, porém de acesso restrito, as quais só podem ser realizadas com acompanhamento de monitor: a trilha do Guaratuba, com nível médio de dificuldade, tem 4 km de extensão, apresenta travessia de rio, passando por áreas de restinga alta e baixa, mata de encosta e mata ombrófila densa; a trilha d'Água permite conhecer o processo de mudança da vegetação de Mata Atlântica preservada, passando pelo manguezal, restinga, mata palutosa, de encosta e ombrófila densa. Possui atrativos culturais, com a passagem pela linha do bondinho da Usina Itatinga e a ponte de ferro do Rio Guaranduva. Com 2,7 km de extensão, esta trilha é de nível médio de dificuldade (BERTIOGA, s.d.)<sup>12</sup> (**Figura 3.3.1.1.4-1**).

---

<sup>12</sup> <http://www.bertioga.sp.gov.br/turismo/>. Acesso em 27/07/2016.

Figura 3.3.1.1.4-1 - Trilha no Parque Estadual da Restinga de Bertiooga.



Fonte: Wikicommons, 2015.

#### ■ Serra do Guararu

No que concerne ao Ecoturismo, a APA Serra do Guararu conta com a existência de trilhas, cachoeiras, praias e riquíssimo patrimônio cultural. O uso do turismo ecológico para tais atrativos vem sendo incentivado pela Secretaria Municipal de Turismo ao criar as denominadas Rotas do Dragão em alusão ao relevo da serra. Os roteiros envolvem passeios com duração de 3 a 9 horas divididos em níveis de dificuldade baixo, moderado e alto. Para os passeios de nível de dificuldade alto, deve-se obrigatoriamente contratar monitores ambientais treinados pela prefeitura municipal. A seguir os passeios da Rota do Dragão:

- Caminhos/Trilha do Conde;
- Ruínas caiçaras;
- Trilha da Praia Preta a Camburi;
- Cachoeira do Camburizinho;
- Trilha da Praia do Éden;
- Trilha da Prainha Branca;

Merece destaque a criação da Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN Tijucopava, com 40,63 ha, e que apresenta boa infraestrutura voltada a esta prática de turismo, como trilhas, tirolesa, arvorismo,

rapel, paredes de escalada e ponto de observação de fauna e flora, sendo estas atividades administradas pelo Instituto Litoral Verde – ILV.

Para além das trilhas referentes às Rotas do Dragão, localizadas na Serra do Guararu, consta no Inventário Turístico do Guarujá (GUARUJÁ, 2016), algumas trilhas localizadas a sudoeste da Ilha de Santo Amaro, mais especificamente no Morro dos Limões ou Morro da Barra:

- Trilha da Fortaleza a Praia do Góes;
- Trilha de Sangava ou Congava;
- Trilha da Ponta Grossa.

De vegetação menos exuberante em relação a Serra do Guararu, as trilhas de costeira do Morro do Limão possuem maior elemento de atratividade relacionado à contemplação do mar, das embarcações na Baía do Porto de Santos, da orla marítima urbanizada da cidade de Santos, e da recompensa de acessar praias isoladas como a Praia do Góes e do Congava.

#### ■ Parque Estadual Marinho da Laje de Santos

O Parque Estadual Marinho da Laje de Santos foi criado em 27 de Setembro de 1993, através do Decreto nº 37.537. É a ilha marítima mais distante da faixa litorânea na região da APMLC, distante 42 km da orla de Santos. A laje faz parte do Parque Estadual Marinho, de área de 5.000 hectares e que inclui outros parciais próximos como o Parcel do Bandolim, das Âncoras, Brilhante, do Sul e Novo e os Rochedos Calhaus.

Nesta área, em função da não proximidade de outras formações rochosas ou ilhas, concentra-se grande número de peixes de passagem e recifais. Com profundidade que pode chegar a 40 (quarenta) metros em alguns pontos do Parque e boa visibilidade, esta área é considerada um dos principais pontos de mergulho subaquático do país, composta por onze pontos de mergulho que se diferenciam quanto à profundidade (de dez a quarenta e cinco metros), ao relevo, às correntes, às espécies de fauna e flora mais comumente avistadas e aos atrativos; a exemplo do Naufrágio da Moréia, um pesqueiro de ferro com 15 (quinze) metros de comprimento.

Sendo estas lajes e parciais um conjunto de costões rochosos e formações coralíneas, distantes da costa, sem a presença de praias arenosas, vegetação e qualquer infraestrutura urbana e turística; o uso turístico que é feito desta área está estritamente relacionado ao mergulho subaquático. Mesmo com a maior fiscalização do local, exercida até mesmo pelos próprios mergulhadores e operadoras, segundo a percepção dos pescadores artesanais, apontadas no Diagnóstico Participativo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014), a pesca subaquática também acontece na Laje de Santos. Tal fato evidencia a urgência para que se crie e efetive instrumentos eficazes de regulação do uso do espaço do que é um dos mais importantes pontos de mergulho do país e conseqüentemente significativo atrativo turístico para a região.

São diversas as operadoras de mergulho credenciadas que atuam na Laje de Santos, e que partem da Marina Tune II e Marina Capri, as duas localizadas na Rua Japão, município de São Vicente, em uma viagem que leva cerca de uma hora e trinta minutos em embarcações do tipo lancha de 40 (quarenta) pés em média. Além do valor do mergulho cobrado pelas operadoras, é necessário cobrado um ingresso no valor de R\$ 13,00 para acesso ao Parque.

#### ■ Parque Estadual Xixová-Japuí

O PEXJ, localizado em São Vicente, é muito próximo a grandes centros urbanos de uso turístico intenso e possui facilidade de acesso (asfaltado). Essa conjuntura somada ao uso turístico sem controle tem causado impactos ambientais negativos na área. De acordo com a Fundação Florestal, uma média de 69 (sessenta e nove) pessoas por dia visitam o Parque durante a estação do verão compreendida entre os meses de Janeiro a Março (FUNDAÇÃO FLORESTAL, s.d.).<sup>13</sup> As trilhas do Cortume e do Surfista são aquelas abertas à visitação e monitoradas pelo órgão gestor.

#### ■ Ilha da Queimada Grande

A Ilha Queimada Grande é uma Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE, estabelecida conforme Decreto nº 91.887 de 5 de Novembro de 1985, e está distante a 35Km da costa a partir da praia de Itanhaém, sendo o seu acesso feito exclusivamente por mar. A profundidade média no entorno é de 14 (quatorze) metros, tem fundo de pedras e areia, com destroços de navios e água com temperatura média (superfície) de 18 a 28° C. Três parcéis estão localizados ao redor da Ilha Queimada Grande: Parcel do João Ilhéu (Sul), Parcel do Sudeste (Sudeste) e Saco das Bananas (Sudoeste).

A Ilha Queimada Grande é ponto para mergulhadores devido à ótima visibilidade da água em seu entorno, bem como a possibilidade de ver os destroços dos navios ali naufragados. Várias atividades são proibidas no local, pois está inserida em Unidades de Conservação, no entanto, de acordo com diversos segmentos consultados na realização do Diagnóstico Participativo, a atividade de pesca amadora embarcada e subaquática na ilha é frequente e tem prejudicado a realização do mergulho recreativo-esportivo.

São três os navios naufragados ao redor da Ilha Queimada Grande, mas têm-se dados de apenas dois: o Rio Negro e o Tocantins. O estado de conservação dos navios varia, sendo ótimo o Tocantins para visitação, embora a corrosão das partes metálicas seja inevitável. O Rio Negro, entretanto, deteriorou-se com o passar do tempo. (IPT/PMI, 2012).

---

<sup>13</sup> <http://www.ambiente.sp.gov.br/parque-xixova-japui/sobre-o-parque/>. Acesso em 28/07/2016.

### ■ Parque Estadual Itinguçu, RDS Barra do Una e Área de Preserva Ambiental Cananéia-Iguape-Peruíbe

No município de Peruíbe se destacam três Unidades de Conservação, locais nos quais se configura a prática do Ecoturismo: Parque Estadual Itinguçu e RDS Barra do Uma (pertencentes ao mosaico da Unidade de Conservação Estação Ecológica Juréia-Itatins - EEJI), e a Área de Preservação Ambiental Cananéia-Iguape – APA-CIP.

O Parque Estadual do Itinguçu abriga os diversos ecossistemas de Mata Atlântica como: restinga, mata de encosta, manguezais, praias e costões rochosos, tendo como principais atrativos turísticos as praias, rios, trilhas e cachoeiras que são encontrados nos núcleos do Arpoador e Itinguçu. Os núcleos Itinguçu e Arpoador possuem fins de fiscalização, pesquisa científica e educação ambiental e contam com espaços equipados com auditórios e alojamentos para receber pesquisadores.

Importante frisar que apesar de visitas e atividades de educação ambiental estar restrita a algumas áreas e poder somente ocorrer mediante agendamento, a exemplo de um dos principais atrativos do mosaico EEJI, a Cachoeira do Paraíso que possui o seu uso limitado a 270 pessoas/dia. Atualmente ocorrem inúmeras práticas irregulares não autorizadas, incluindo a prática de *camping*. Estes usos para fins turísticos têm provocado uma série de impactos, os quais serão tratados mais adiante.

A APA-CIP abriga os diversos ecossistemas da zona costeira, com destaque para a maior porção contínua de Mata Atlântica e os extensos manguezais. Para além dos aspectos naturais, a APA-CIP guarda grande riqueza e diversidade cultural a partir das comunidades tradicionais que ali habitam, a exemplo- da aldeia indígena Guarani no Núcleo Piaçaguera no município de Peruíbe.

### ■ Ilha do Ameixal

A Ilha do Ameixal é uma ilha fluvial localizada na foz do Rio Una do Prelado e que se caracteriza como uma Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE, de 358,88 ha, criada pelo Decreto Federal nº 91.899 de 05 de Novembro de 1985. A prática do Ecoturismo se dá na ilha por turistas que se hospedam nos campings localizados na Vila da Barra do Uma. Como atrativo turístico é oferecido atualmente por uma empresa de turismo receptivo que promove passeios de jipe pela ilha.

#### 3.1.1.1.5 Atividades de pesquisa científica

De maneira geral, nos mesmos locais onde ocorre a prática do Ecoturismo ocorrem também atividades relacionadas à pesquisa científica e estudos do meio, pois para ambos os usos, os principais elementos de atratividade são os mesmos (biodiversidade e riqueza cultural), sendo que o que muda essencialmente é a finalidade das viagens, já que as atividades relacionadas à pesquisa científica e estudo do meio se caracterizam por seus fins acadêmicos, educacionais e profissionais.

Foram identificados, na área da Baixada Santista, alguns locais de relevância nos quais se tem a prática de pesquisas científicas e estudos do meio, conforme a seguir:

- Serra do Guararu: inúmeras pesquisas científicas são realizadas no local no sentido de inventariar e compreender a fauna e flora desta área, impactos socioambientais oriundos da multiplicidade de usos no local, bem como, das comunidades tradicionais caiçaras que residem no local. Dentre as pesquisas podemos citar, a título de exemplo, o estudo socioambiental da Ponta da Armação realizado pela Petrobrás no ano de 2012; estudo de Andreia Martucci Esteves do ano de 2011 e que procura analisar a mudança de comportamento cultural na comunidade pesqueiras da Prainha Branca; estudo de 2011 da Fundação Florestal e que visa a emergência de um ordenamento territorial da prática de camping na Prainha Branca; estudo da Fundação SOS Mata Atlântica de 2003 que visa a revitalização, utilização social e turística das ruínas da armação das baleias, ruínas do forte de São Felipe, da vila da Prainha Branca, e das matas e trilhas adjacentes da Serra do Guararu.
- Ilha do Arvoredo: Localizada a 1,6 km da Praia de Pernambuco, município de Guarujá, a ilha foi concedida a um engenheiro (Fernando Lee) ainda na década de 60, para fins científicos na área de tecnologia e energias alternativas, a exemplo de geração de energia através de placas solares, geração de energia elétrica por ondas marinhas. O acesso a ilha é feito exclusivamente por mar e na ilha não é praticado o Ecoturismo, mas sim são realizadas atividades de educação ambiental e pesquisa científica.
- Parque Estadual Marinho da Laje de Santos: local foco de inúmeras pesquisas científicas, a exemplo dos projetos desenvolvidos através do Instituto Laje Viva – ILV, uma organização não governamental criada no ano de 2003 com o objetivo de preservar o ecossistema marinho da Laje de Santos em contraponto a atividade pesqueira praticada ilegalmente nas áreas do Parque<sup>14</sup>, dentre outras.
- Parque Estadual Xixová-Japuí: são desenvolvidas pesquisas referentes ao meio biótico, físico e antrópico e também relativas à gestão, manejo e planejamento da UC. Entre os anos de 2000 e 2009, foram cadastradas 15 pesquisas na Cotec, entretanto este número é maior, uma vez que existem estudos publicados e referenciados que não constam desse cadastro (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2010).
- Ilha da Queimada Grande: no que se refere às pesquisas científicas o maior elemento de atratividade se deve ao fato de a ilha é um paraíso habitado por serpentes, sendo a principal a jararaca-ilhoa, similar à espécie do continente, mas com um veneno de 12 a 20 vezes mais potente. Sua atividade evolutiva está levando a espécie ao hermafroditismo (IPT/PMI, 2012).

---

<sup>14</sup> <http://www.lajeviva.org.br/>. Acesso em 29/07/2016.

### 3.1.1.1.6 Turismo de base comunitária

O Turismo de Base Comunitária ocorre ainda de maneira incipiente na Baixada Santista, quando comparado ao turismo de sol e praia, náutico e outros. Ainda assim, tem-se alguns exemplos de turismo que envolve mais diretamente a comunidade receptora, como na vila da Prainha Branca, na comunidade Indígena Aldeia do Rio Silveiras na praia de Boracéia, e destaque para a comunidade caiçara da Ilha Diana em Santos, muito embora esta última esteja fora dos limites territoriais da APAMLC .

De acordo com o Estudo Socioambiental Ponta da Armação encomendado pela Petrobras e executado pela empresa Mineral Engenharia no ano de 2012, a Ponta da Armação, no município do Guarujá, conta com um rico acervo turístico de sítios históricos, arqueológicos e trilhas, dentre os quais destacam-se: doze trilhas; a Ermida; a Armação das Baleias; o Forte São Felipe; o Varador; fornos carvoeiros; e a Vila da Prainha Branca que abriga construções históricas e uma comunidade tradicional fundamentada na pesca artesanal e na agricultura de subsistência e excedente.

No que diz respeito ao turismo praticado na Prainha Branca (**Figura 3.3.1.1.6-1**), localizada no município do Guarujá, este ocorre envolvendo a comunidade como protagonista onde estes são, na maioria das vezes, os proprietários dos meios de hospedagem (pousadas e campings) e restaurantes da localidade. A trilha de acesso à praia foi reformada e a comunidade local, por intermédio da organização não governamental SOS Mata Atlântica, passou por cursos para a qualificação de mão-de-obra para o turismo, como por exemplo o curso para formação de monitores ambientais.

A comunidade é protagonista do turismo ali praticado, pois detém os meios de produção (hospedagem e restaurantes) e são elas quem operam os passeios turísticos aos atrativos da região, as trilhas e as atividades náuticas. Porém, se observa que a prática de pesca artesanal e da agricultura de subsistência vem caindo substancialmente com o passar dos anos frente ao crescimento populacional da comunidade. Percebe-se que de certa maneira a atividade turística ali desenvolvida, mesmo que tenha a comunidade como protagonista, não valoriza e não fomenta as atividades tradicionais da comunidade, fazendo com que as famílias se tornem dependentes do turismo e da sazonalidade da atividade, concomitantemente ao processo que sofrem de descaracterização e desvalorização cultural.

O fomento para a prática do camping e a precariedade dos meios de hospedagem e estabelecimentos comerciais, sobretudo os restaurantes, incentivam uma demanda turística cujo fator motivacional não está atrelado à valorização cultural da comunidade. Além disso, os problemas relacionados ao acúmulo de resíduos sólidos e ausência de sistema de saneamento básico adequado impactam negativamente o meio com poluição do solo, das águas, e do mau cheiro. Estes impactos constituem uma ameaça crescente e constante para a sustentabilidade da atividade turística ali realizada, cujos benefícios atuais, se restringem a geração de emprego e renda para a comunidade local, ainda que, conforme já relatado, refém da sazonalidade da atividade e em detrimento das atividades econômicas tradicionais e da cultura local.

Figura 3.3.1.1.6-1 - Turismo de Base Comunitária na Prainha Branca, município de Guarujá.



Fonte: Wikicommons, 207.

#### 3.1.1.1.7 Atividades turísticas histórico-culturais

De acordo com o Ministério do Turismo, o Turismo Cultural se caracteriza como *“as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura”* (MTUR, 2010).

A Baixada Santista tem forte relação com a história do Brasil. Desde os tempos do descobrimento, quando em 1532 foi fundada a vila de São Vicente, mais tarde a próspera capitania de São Vicente, a Baixada Santista possui papel relevante para o desenvolvimento da cidade de São Paulo, e, ainda hoje, através de sua indústria portuária, a região exerce grande importância na dinamização da economia nacional. Pelo Porto de Santos desembarcaram colônias de imigrantes que ali aguardavam liberação para seguir viagem ao interior do país. Aliado a tudo isso se tem a cultura indígena e caiçara ainda presente na região (PDTUR, 2002).

Dos atrativos turísticos de caráter cultural da Baixada Santista destaca-se uma rica diversidade no que se refere ao turismo cultural de caráter étnico, histórico e religioso. A região conta com significativos atrativos relacionados à existência de comunidades tradicionais indígenas e caiçaras, bem como, bens materiais do patrimônio histórico que demonstram espacialmente como se deu e como se dá o processo de ocupação do país e o papel das províncias costeiras.

Estes atrativos, portanto, se remetem a lugares que representam da cultura nacional, regional e local, a exemplo dos fortes, bem como, a espaços e eventos de cunho religioso que remontam, sobretudo, o sincretismo religioso oriundo da relação entre os jesuítas e os indígenas que habitavam o litoral paulista. Dentre estes destacam-se: a comunidade indígena do Rio Silveiras em Bertioga; a comunidade tradicional caiçara da Prainha Branca; a comunidade tradicional caiçara da Ilha Diana no município de Santos (fora dos limites territoriais da APAMLC); os naufrágios ao redor da Ilha Queimada Grande (Rio Negro e Tocantins); as fortificações ao longo de toda a região, sobretudo, no município de Guarujá; e as construções históricas e os sítios arqueológicos da Ponta da Armação. Destacam-se ainda, sobretudo nos municípios de Santos e Guarujá, os atrativos culturais contemporâneos a exemplo do Porto de Santos, os aquários de Guarujá e Santos, os museus como a Bolsa do Café e o Museu de Pesca em Santos, os shoppings centers, entre outros.

Pensando no território da APAMLC, o turismo histórico-cultural na Baixada Santista ainda se realiza de forma incipiente em relação ao potencial de sua oferta e em relação ao uso turístico predominante de sol e praia. O turismo histórico-cultural da região pode ser fomentado através de um roteiro náutico que visa como atrativos os fortes, as construções históricas e as comunidades tradicionais da região. Afinal os turistas, em pesquisa sobre o Perfil do Turista de Lazer (SRCVB, 2014), não reconhecem na região nenhum atrativo turístico relacionado a cultura imaterial, o que nos serve como um indicativo do quão pouco é explorado este potencial turístico na região.

Figura 3.3.1.1.7-2 – Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande, Guarujá.



Fonte: Wikicommons, 2015.

O perfil do turista que objetiva as práticas culturais, de acordo com o Ministério do Turismo, de maneira geral, possui alto grau de escolaridade, viajam acompanhados e possuem a cultura como principal fator motivacional as viagens. Assim como acontece para os demais usos turísticos vistos anteriormente, o fomento às práticas turísticas histórico-culturais na Baixada Santista podem significar uma solução a sazonalidade do turismo de sol e praia, conforme evidenciado no item 3.1.1.5.2 que trata as potencialidades turística da região.

Com relação às ilhas fluviais com uso turístico na região, destaque para a Ilha do Bairro do Rio Acima no município de Itanhaém e a Ilha Diana no município de Santos (fora do território da APAMLC). Segundo o Atlas Ambiental de Itanhaém (IPT/PMI, 2012), a ilha do Bairro do Rio Acima é uma propriedade particular onde residem três ou quatro famílias caiçaras desde o início do séc. XX e que vivem da economia do turismo, através da venda de camarão vivo para isca de pesca, a promoção de atividades náuticas recreativas como o *banana boat*, além de um restaurante no local. Conforme detalhado no item que trata a cultura caiçara, no que se refere à Ilha Diana, também é ocupada por famílias caiçaras, sendo este um núcleo maior onde vivem cerca de cinquenta famílias desde o segundo quarto do século XX. Elas vivem da pesca artesanal e conservam diversos aspectos da cultura caiçara através da fabricação de artefatos de uso rotineiro e de tradições e crenças religiosas como a festa do padroeiro da ilha, Bom Jesus da ilha Diana, comemorado no início do mês de agosto.

### 3.1.1.2 AMEAÇAS E IMPACTOS

Os impactos oriundos da atividade turística possuem natureza e magnitude diversas na interação entre os turistas, as comunidades e os meios receptores. Os impactos podem significar resultados tanto positivos quanto negativos para o meio e para a comunidade receptora na qual acontece a atividade. Podem, ainda, apresentar diferenciada magnitude em função das particularidades de cada elemento que compõe esta prática social: o turista, o meio, e as comunidades receptoras.

Para Pierri Fiori (1978), os impactos provocados pelo turismo dependem da vulnerabilidade do meio e das pressões desenvolvidas sobre ele e é a partir desta lógica que se fundamenta a noção de capacidade de carga de um destino ou atrativo turístico. A capacidade de carga, portanto, se refere à quantidade e qualidade de turistas que uma determinada localidade turística (ecossistema) pode suportar de modo a não comprometer as características que originaram a sua atratividade.

Com a finalidade de diagnosticar a atividade turística em relação aos princípios e objetivos de gestão da APAMLC, toma-se como base a atividades turística de ocorrência dentro dos limites da APAMLC, bem como aquelas que ocorrem em áreas limítrofes e adjacentes, mas cujo impacto possui relevância quanto à premissa de conservação do ecossistema marinho e dos alvos prioritários de conservação, a saber: pesca e atividades tradicionais; as praias arenosas; os manguezais; os estuários as ilhas e os parciais; os costões rochosos e a água do mar.

Conforme observado na caracterização do turismo para a APAMLC, os usos turísticos recreacionais de areia relacionados ao denominado segmento de sol e praia são os de maior frequência e intensidade na

região (Turismo de Massa). O turismo que se inicia na Baixada Santista na década de cinquenta e acontece sob o eixo da Baixada Santista e do Planalto Paulista, se inicia em uma região já urbanizada e sob um ideal urbano-industrial e se desenvolve sob o interesse de uma minoria em detrimento da qualidade ambiental e do bem comum.

Na Baixada Santista foram inúmeros os impactos socioambientais advindos do turismo de segunda-residência e com foco nos usos recreacionais de sol e praia, tais como: a significativa supressão de vegetação de restinga, manguezais e floresta ombrófila densa de terras baixas, com impactos imediatos na fauna e flora, bem como, na paisagem da região; a poluição das águas em função da ausência e/ou ineficácia do sistema de tratamento de esgotos; fomento a bolsões de pobreza e ocupações irregulares em função de uma especulação imobiliária e crescimento urbano desordenado. Tais impactos levaram à estagnação e ao declínio de uma série de destinos turísticos da região e que atualmente aposta na adequação de equipamentos urbanos à demanda turística, bem como, na promoção de outros usos turísticos possíveis, a fim de provocar um rejuvenescimento turístico das localidades, conforme a teoria de Butler (1980) que se refere ao ciclo de vida dos destinos turísticos.

Os impactos econômicos positivos advindos do Turismo são amplamente divulgados e de fato constata-se a sua relevância para os municípios da Baixada Santista. Conforme já demonstrado na caracterização, o Turismo ocupa significativa parcela na geração de emprego e renda, bem como, na composição do PIB da região. Se por um lado consagram-se os impactos econômicos positivos oriundos da atividade turística na Baixada Santista, de outro não são considerados uma série de impactos econômicos negativos e que são potencializados pelo desenvolvimento do Turismo na região, dentre estes se destacam:

- A substituição de importações: quando uma série de atividades primárias ou até mesmo relacionadas ao setor secundário deixam de existir em detrimento da atividade turística. A dependência do turismo e conseqüente não diversidade econômica, torna frágil a economia do local, a qual pode entrar em colapso quando por razões internas ou externas a destinação faz com que a demanda turística diminua. No caso da Baixada Santista, a região possui economia mais dinâmica do que as demais porções do litoral paulista, sobretudo, pelo complexo portuário de Santos, polo industrial de Cubatão e maior proximidade com a cidade de São Paulo.
- A inflação e a especulação imobiliária advindas do turismo causaram e ainda causam a expulsão de moradores fixos de suas localidades tradicionais de trabalho e residência, pois a renda auferida por estes não mais acompanham a supervalorização dos produtos e terrenos na região. O impacto da especulação imobiliária é ainda maior na Baixada Santista, pelo fato do turismo que se desenvolve na região, se caracterizar como um turismo de segunda-residência, onde a hospedagem em sua maioria é efetuada em imóvel próprio (60,6%), sendo que outros 18,5% alugam casa ou apartamento, contra apenas 16,5% que se hospedam em hotéis ou pousadas (SRCVB, 2004). Um grande contingente de mão-de-obra atraída para o destino turístico em função de oportunidades de emprego irá habitar áreas irregulares e de risco em função da supervalorização de bens e produtos no destino turístico, o que por sua vez acarreta em uma série de outros impactos de natureza social e ambiental;

- A sazonalidade da demanda turística de sol e praia implica em um gargalo econômico de emprego e renda, advindo da dificuldade de se administrar rendimentos e mão-de-obra apenas em algumas épocas do ano. A sazonalidade é alta na Baixada Santista de modo geral

Assim como acontece para os impactos econômicos, os impactos do turismo sob o aspecto cultural na Baixada Santista também são ambíguos. No que concerne aos impactos culturais, o que se viu deste processo foi uma expropriação generalizada do espaço público. Os ranchos de pesca a beira-mar cederam lugar às casas e prédios de veraneio e muitas comunidades pesqueiras caíçaras deixaram de exercer a atividade para trabalharem em outros setores relacionados ao turismo, como zeladores, caseiros, etc. Este sem dúvida é um impacto negativo à valorização e preservação da cultura local, mas positivo à dinamização da economia de mercado, o que gera um cenário complexo. É recorrente entre os diversos segmentos que contribuíram para o Diagnóstico Participativo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014), apontar o Turismo como sendo um dos principais meios e potencialidades de desenvolvimento para a região no sentido de que possui potencial de promover a cultura tradicional e dinamizar a economia.

O Turismo é também visto como indutor e promotor da atividade pesqueira, o que se caracteriza como um impacto positivo associado a prática do turismo, pois os turistas e os restaurantes representam um mercado consumidor para a atividade pesqueira da região. Pode-se dizer que o Turismo na Baixada Santista promove a cadeia produtiva da pesca artesanal e outras atividades econômicas associadas à cultura caíçara e indígena, ainda que de maneira muito incipiente frente ao potencial da região. O Patrimônio Histórico material e imaterial é rico na região e, atualmente, o Turismo se constitui como o principal mecanismo de valorização e consequente conservação deste, com grande potencial de crescimento do segmento frente à oferta de atrativos pouco explorados e em péssimo grau de conservação.

Quanto aos impactos ambientais associados ao turismo praticado na Baixada Santista, também se constata ambiguidade em relação à natureza positiva e negativa destes. No que se refere aos impactos positivos, tem-se o crescimento do turismo ecológico ou ecoturismo e que propicia a valorização de ambientes naturais, para além da valorização econômica dos recursos naturais, conferindo-lhes sentido de pertencimento em relação à função ecológica dos recursos naturais. O Ecoturismo também promove a conscientização e a adoção de boas práticas no desenvolvimento de outros segmentos turísticos, no que se denomina de turismo sustentável.

O Ecoturismo conforme visto na caracterização ocorre em alguns locais da Baixada Santista, de ecossistemas naturais que se encontram ainda preservados com menor grau de intervenção antrópica. Os locais potenciais para a prática do Ecoturismo se mantêm preservados, devido também à presença de barreiras físicas (relevo e vegetação) à expansão urbana. Em alguns casos também foram apropriados ou para uso militar, privado, ou para fins conservacionistas, sendo que são nas Unidades de Conservação (UCs) onde se encontra majoritariamente o desenvolvimento do Ecoturismo, o que reforça o papel das UCs para a promoção do turismo, sobretudo, o turismo de natureza, o ecoturismo.

A prática do turismo ecológico na região em muitos casos é realizada sem a necessária infraestrutura e equipamentos de apoio, sem o envolvimento da população local, sem um adequado ordenamento da

atividade, sem arcabouço legal, e sem fiscalização e monitoramento, o que a transforma de uma atividade com potencial conservacionista e de inclusão social, em uma atividade degradante e excludente. A título de exemplo, a prática do turismo ecológico que ocorre no mosaico EEJI tem ocasionado à fragmentação da vegetação, a perda de habitats, a perda da biodiversidade, erosão, assoreamento, compactação do solo, contaminação de água e solo (INSTITUTO PÓLIS, 2013).

A Prainha Branca na Ponta da Armação é outro exemplo de um local com grande potencial para o desenvolvimento do Ecoturismo e de um Turismo de Base Comunitária devido aos ecossistemas naturais costeiros ainda conservados, bem como, à comunidade tradicional caiçara da Prainha Branca. No entanto, o perfil do turista que majoritariamente frequenta o local e os usos turísticos que se faz do território são distintos ao que preconiza o turismo ecológico e não envolvem a comunidade de modo com que esta se insira como protagonista de uma atividade que tanto promova emprego e renda como também fomenta a cultura e atividades socioeconômicas tradicionais das pessoas que lá residem. O *camping* se tornou o principal meio de hospedagem no local, inicialmente realizado na praia e posteriormente nos terrenos dos moradores locais. A sua prática é realizada de maneira excessiva e sem a necessária estrutura para suportar o grande fluxo de turistas. Não existe um sistema de saneamento básico, ocasionando impactos negativos sobre o meio, como a poluição do solo e da água, através dos efluentes depositados diretamente no solo, em valas a céu aberto, e em fossas e posteriormente lançados na Lagoa Grande, próxima a praia. No que diz respeito à geração de resíduos sólidos, a comunidade da Prainha Branca conta com a coleta de lixo três vezes por semana na baixa temporada, no entanto, constata-se que o acúmulo de lixo é recorrente nos terrenos utilizados para o *camping*, bem como, ao longo das trilhas (PETROBRAS, 2012).

O Ecoturismo apresenta impactos negativos aos ambientes em que sua prática acontece. Estes impactos tem maior significância por se darem em ecossistemas frágeis e pelo potencial subaproveitado desta atividade turística em conservar ecossistemas naturais e fomentar a cultura local. Mas, ainda assim, são os impactos dos usos de sol e praia os maiores e mais negativos ao meio ambiente, sendo dois os principais para a região da APAMLC: a poluição das águas e a supressão de vegetação.

Quanto à poluição das águas, conforme destacado no diagnóstico do meio físico, é importante salientar as principais causas atribuídas a este impacto na Baixada Santista. Tendo como causa principal da poluição das águas, o descarte, nas águas do mar, de esgoto in natura ou sem tratamento adequado, o primeiro aspecto a ser observado é o do não dimensionamento da infraestrutura de saneamento básico para atender a população flutuante na região, que representa cerca de 30% (INSTITUTO PÓLIS, 2013) da população total da Baixada Santista. Contudo, este não é a única razão para a falta de saneamento básico adequado: caracterizando-se como um impacto sistêmico e cumulativo. A favelização e ocupação de áreas irregulares devido à conjunção de fatores como a atração de mão-de-obra externa para a indústria do turismo de segunda-residência, bem como, a supervalorização de bens e serviços, fazem com que estas ocupações cresçam desprovidas de saneamento básico descartando esgoto in natura nos corpos d'água que correm para o mar.

Quanto à balneabilidade das praias na Baixada Santista, de um lado representa uma ameaça ao desenvolvimento e manutenção do setor, e de outro uma oportunidade, ou seja, o fator de atratividade da

qualidade da água é de suma importância para diversas atividades turísticas como o turismo de sol e praia, mergulho, pesca amadora, etc. Segundo o Relatório Anual de Qualidade das Praias (CETESB, 2015) tem-se o melhor índice para o município de Bertioga com todas as suas praias qualificadas como boas e regulares, sendo que todos os pontos de monitoramento qualificados como regulares estão situados na praia da Enseada, local que em 12% do ano apresentou águas impróprias ao banho.

O município do Guarujá se apresenta como uma área transitória entre os resultados aferidos em Bertioga e daqueles municípios ao sul de São Vicente. A maior parte de suas praias qualificadas como regulares (50%), como boas (34%), ruins (8%), e péssimas (8%). Sendo que a praia do Perequê esteve 94% do tempo imprópria para o banho (**Figura 3.3.1.2-1**) e a praia da Enseada (trecho da Av. Atlântica) 31% do tempo imprópria. Observa-se ainda uma maior concentração de episódios em que as praias estiverem impróprias entre os meses de Setembro e Outubro, incluindo-se neste período, como impróprias, outros trechos da praia da Enseada, Pitangueiras e Guaiuba. Comparando-se os dois últimos anos, embora nenhuma praia tenha sido classificada como Ótima, as praias do município do Guarujá apresentaram melhora na qualidade de suas águas, porque mais praias permaneceram o ano todo Próprias para banho.

**Figura 3.3.1.2-1 – Praia do Perequê no Guarujá: piores índices de balneabilidade**



Fonte: Wikicommons, 2015.

A situação da balneabilidade das praias fica bastante comprometida entre Santos e Mongaguá, sendo a maior parte das praias classificadas como péssimas e ruins. Em Santos, com exceção da Praia de Aparecida, classificada como Ruim, todas as demais tiveram Classificação Anual Péssima. As praias de Santos permaneceram próprias para o banho entre 35% e 60% do ano em 2015. No município de São Vicente nenhuma das praias foi classificada própria ao banho, sendo 67% classificadas como péssimas e 33% como ruins. As praias da Divisa e de Itararé foram as que obtiveram maiores períodos próprias ao banho, principalmente no primeiro semestre do ano. No município de Praia Grande 83% das praias foram classificadas como ruins, 9% regulares e 8% péssimas. Nota-se que os meses de abril, maio, junho e

agosto foram os melhores, com quase 100% de propriedade nas praias do município. No município de Mongaguá, 71% das praias foram classificadas como ruins e 29% como péssimas. Nota-se que os meses de maio, junho e agosto foram os melhores e outubro e novembro os piores, com 100% de impropriedade.

Em Itanhaém a qualificação anual, em 2015, permaneceu como Regular para todas as praias. Todas as praias estiveram próprias em mais de 80% do tempo. Nota-se que os primeiros meses do ano e setembro/outubro foram os que concentraram maior número de praias impróprias. No município de Peruíbe 67% das praias foram classificadas como regulares e 33% como ruins, sendo os meses que apresentaram mais eventos de impropriedade foram fevereiro, outubro e novembro.

A supressão de vegetação nativa em função do processo de ocupação urbana da Baixada Santista não é um impacto exclusivo da atividade turística, porém, o Turismo, sobretudo o de segunda-residência, é um importante coadjuvante neste processo. A supressão de vegetação que dá lugar as casas e arranha-céus de veraneio, hotéis, equipamentos de apoio ao turismo, centros comerciais e de serviços, ocorrem majoritariamente nas áreas de planície e a beira-mar, o que implica na perda dos ecossistemas de Restinga, Manguezais e Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas, conforme melhor detalhado no item 3.2.2 do diagnóstico. As consequências são muitas, dentre as quais se destaca: a perda da biodiversidade da fauna e da flora; a ameaça sobre o ecossistema marinho em função da supressão dos manguezais e; o aumento dos processos erosivos costeiros devido à supressão de matas de restinga.

Para além dos impactos bióticos e físicos ocasionados pela supressão de vegetação, evidencia-se a perda de um elemento de atratividade significativo para possíveis usos turísticos, a exemplo do Ecoturismo, bem como, para os usos turísticos de sol e praia, os quais cada vez mais também alçam a conservação do ambiente natural como um elemento de atratividade. A vulnerabilidade de ecossistemas marinhos, a exemplo da supressão de manguezais, também afeta o potencial socioeconômico do Turismo de fortalecer a cadeia produtiva da pesca, o que ameaça tanto a atividade pesqueira quanto a própria atividade turística (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014).

Por fim, evidenciam-se os impactos associados às atividades náuticas recreativas e/ou esportivas e que incidem diretamente sobre uma série de alvos prioritários de conservação da APAMLC: praias arenosas, manguezais, estuários, ilhas e parcéis, costões rochosos, água do mar. Primeiramente cabe apenas ressaltar, conforme visto na caracterização do turismo para a APAMLC, a importância socioeconômica das atividades náuticas para a Baixada Santista, sobretudo, em função dos cruzeiros marítimos na Baía de Santos e da estrutura náutica e embarcações concentradas no município de Guarujá.

De acordo com a Associação Brasileira dos Construtores de Barcos e seus Implementos – ACOBAR (2012), a Baixada Santista apresenta a estrutura de apoio náutico mais organizada do estado, abrigando muitas embarcações de grande porte e alto valor unitário do país, além de ser o berço de ações estratégicas e de fomento à cadeia produtiva náutica, de forma integrada entre poder público, iniciativa privada e entidades setoriais. Para além dos já citados impactos socioeconômicos gerados pela atividade náutica recreativo-esportiva, quanto aos impactos ambientais provocados pelas atividades náuticas turísticas, cabe primeiramente destacar que estes decorrem tanto das estruturas de apoio, bem como, das embarcações.

A poluição das águas e do solo se apresenta como o principal impacto ambiental proveniente tanto das embarcações quanto das estruturas náuticas. No caso das embarcações a poluição se dá pelo manejo e descarte inadequado de resíduos oleosos de porão, casa de máquinas, da troca de óleo, limpeza de peças de motor e outros componentes; contaminação da água por tintas tóxicas e anti-incrustantes com compostos organoestânicos (OEs), como o tributilestanho (TBT); drenagem de esgoto sanitário para o mar; descarte inadequado de resíduos sólidos; contaminação da água por produtos de limpeza. Para as estruturas de apoio náutico têm-se como principais impactos a contaminação da água e do solo (a depender se a embarcação estiver estacionada em vaga seca ou molhada) por vazamento e derramamento de óleo; através do escoamento superficial de águas pluviais de pátios de oficinas, rampas e outras instalações; descarte de esgoto *in natura* ou com tratamento inadequado nos corpos d'água; destinação inadequada de resíduos sólidos e perigosos.

Para os cruzeiros marítimos os impactos ambientais relacionados a esta atividade são em parte comuns aos impactos previstos para as embarcações náuticas de recreio. De acordo com Relatório de Sustentabilidade da Costa Cruzeiros (COSTA, 2015), tem-se como principais impactos potenciais inerentes a atividade: água de lastro; água sanitária; esgotamento sanitário; resíduos oleosos oriundos da água de porão; emissões de CO<sup>2</sup> diretas e indiretas; consumo de água, energia, e combustível; geração de resíduos sólidos; fundeio e etc. Os impactos socioambientais negativos, relativos aos cruzeiros marítimos, apesar de sua alta intensidade devido ao porte da embarcação e a quantidade de turistas que comporta, pode ser considerada de baixa significância para a região da APAMLC, uma vez que os cruzeiros são submetidos às normas internacionais que regulamentam o tratamento e descarte dos resíduos.

Conforme a Convenção MARPOL (Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios), os resíduos gerados a bordo são manipulados por meio de processos e tecnologias que permitem a coleta, armazenamento e posterior descarte em terra. Já os esgotos e resíduos sanitários são coletados e processados por meio de sistemas de purificação Biológica e Sanitária, e o efluente tratado mantido em tanques até o descarte. Os navios contam também com sistemas de tratamento de água, descarte e reciclagem de lixo, tratamento de efluentes e segurança ambiental (ABREMAR, 2016).

Além disso, os navios devem atender ao Guia Sanitário para Navios de Cruzeiro, de 2011, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA, 2011), e a NORMAN20/DPC que regulamenta o gerenciamento de água de lastro para navios. Nesse contexto destaca-se a severa ameaça de introdução de espécies exóticas a partir do lançamento da água de lastro dos navios de cruzeiro que aportam em Santos. As consequências biológicas deste impacto associado ao turismo estão detalhadas no diagnóstico – Plâncton e Comunidade Bentônica. Apesar dos regramentos impostos pela NORMAN 20 e do Brasil ser signatário do Programa *Ballast Water*, há o risco inerente deste impacto, como já constatado com a bioinvasão do coral-sol e dezenas de outras espécies exóticas nas águas brasileiras e também do litoral paulista (vide capítulo de Plâncton e Comunidade Bentônica).

Desta forma, tendo o exposto acima referente aos cruzeiros marítimos conclui-se que para a Baixada Santista, os principais impactos socioambientais reais atuais se concentram na Baía de Santos, mais precisamente no terminal da CONCAIS localizado dentro do canal devido ao fundeio dos grandes navios,

e o impacto que diz respeito a grande concentração e de turistas na cidade de Santos em curto espaço de tempo. Conforme visto na caracterização, a cidade de Santos serve como o principal *home port* nacional para os cruzeiros marítimos, e se configura, portanto, muito mais como um elo logístico do que como uma destinação turística em si, ainda assim o impacto positivo na economia local advindo do grande volume de embarque e desembarque de turistas é significativo, bem como, são significativos os impactos socioeconômicos negativos associados, como a sazonalidade, o congestionamento e demais pressões sobre a infraestrutura urbana do município.

Cabe ressaltar que a poluição das águas por uma marina pode ser em muito agravada em função do local no qual está instalada. De maneira geral as marinas estão localizadas em águas costeiras, rios e lagos, constituindo-se esses como sensíveis ecossistemas e ambientes nos quais os contaminantes se dispersam facilmente. Em função da localização das marinas sob ecossistemas sensíveis, a supressão da vegetação e a impermeabilização do solo constituem outro impacto ambiental no que concerne a possibilidade de assoreamento de corpos d'água, aumento da turbidez e concentração de poluentes na água devido ao escoamento superficial.

O tráfego de embarcações náuticas, quando intenso em determinada localidade e condicionado pela profundidade e substrato do fundo, provoca a turbidez da água, bem como, conforme também apontado no Diagnóstico Participativo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014), provoca a erosão das margens de estuários e rios em decorrência da elevada velocidade com que trafegam as embarcações em águas rasas e sensíveis, sobretudo, no Canal de Bertiooga. O fundeio das embarcações também pode promover impacto ambiental ao revolver o substrato de fundo, causando danos maiores onde o fundo do mar suporta espécies ou habitats sensíveis a perturbações.

Os maiores impactos ambientais negativos associados ao turismo na APAMLC, porém, estão relacionados à atividade de pesca amadora, sobretudo, a embarcada, pois nesta atividade soma-se a todos os impactos anteriormente vistos relacionados à atividade náutica turística, a pressão sobre os recursos pesqueiros e a maior e mais frequente proximidade com ambientes marinhos sensíveis como os costões rochosos, as ilhas e parcéis da região. De acordo com o Diagnóstico da Pesca Amadora no Estado de São Paulo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2015), e também com o Diagnóstico Participativo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014), a prática da pesca amadora acontece ao longo de toda a costa da região, e em todas as ilhas, parcéis e costões rochosos. Evidencia-se, segundo o Diagnóstico Participativo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014), o possível impacto da pesca amadora sob a pesca artesanal no que se refere à disputa por espaço e pelo recurso pesqueiro.

O Diagnóstico Participativo cita ainda, a atividade de esqui-aquático como degradadora das margens dos manguezais devido a velocidade e ondas geradas pelas embarcações que rebocam o esqui-aquático. Tal prática, e conseqüente impacto negativo relatado, possui como foco principal o Canal de Bertiooga e outros rios da região como o Rio Guaratuba e Itaguaré. As motos aquáticas, também são citadas no Diagnóstico Participativo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014) como causadoras de impactos principalmente no que se refere ao conflito com outro uso turístico e potencial de acidentes: os banhistas.

Muito embora inexistam estudos voltados à Avaliação dos Impactos Ambientais – AIA para o Turismo na Baixada Santista, constata-se que os impactos ambientais negativos associados à atividade turística não são oriundos única e exclusivamente desta. Ainda assim, é possível aferir o elevado grau de importância dos impactos da atividade turística na zona costeira, se considerarmos que majoritariamente são impactos de caráter irreversível ou de complexa e morosa mitigação, de alta magnitude devido à extensão dos impactos e do alto potencial de dispersão, da alta probabilidade de ocorrência, de duração temporária ou permanente, conforme os critérios sugeridos por Erickson (1994)<sup>15</sup> para avaliar a importância dos impactos ambientais.

A seguir, matriz dos principais impactos socioambientais do turismo na APAMLC.

**Quadro 3.3.1.2-1 – Principais impactos socioambientais associados ao turismo na Baixada Santista e APAMLC.**

<b>Impacto</b>	<b>Descrição</b>
Geração de emprego e renda	Impacto positivo, de abrangência regional, sendo o Turismo uma das principais economias para a Baixada Santista.
Inflação, Especulação imobiliária	Impacto negativo, de abrangência regional e que promove a supervalorização de bens e serviços em toda a Baixada Santista, obrigando a população de baixa renda habitar áreas distantes do centro e da orla marítima, o que desencadeia habitação subnormais e conseqüente supressão de vegetação nativa e poluição das águas pela ausência de saneamento básico.
Sazonalidade	Impacto negativo, de abrangência regional para toda a Baixada Santista, que possui no turismo de veraneio e de segunda-residência a sua principal demanda turística.
Substituição de importações	Impacto negativo, de abrangência regional para toda a Baixada Santista, com menor influência no município de Santos e Guarujá, sobretudo, devido ao complexo portuário. Caracteriza-se pelo fomento do Turismo em detrimento da diversidade econômica, o que torna a economia da região dependente e vulnerável a qualquer fator que provoque a diminuição da demanda turística.
Valorização cultural	Impacto positivo, de abrangência pontual na Baixada Santista quando a atividade turística se apresenta indutora de atividades econômicas tradicionais e conseqüente valorização de costumes e crenças. São exemplos deste impacto na Baixada Santista: o Turismo de Base Comunitária na Ilha Diana e a visitação realizada junto a Aldeia Indígena do Rio Doce em Bertioiga.
Vulgarização e descaracterização cultural	Impacto negativo e de abrangência regional para a Baixada Santista

<sup>15</sup> Probabilidade; magnitude; duração; reversibilidade; relevância com respeito às determinações legais. Fonte: Sanchez, L. H. Avaliação de Impacto Ambiental: conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

<p>Conservação ambiental</p>	<p>Impacto positivo e de abrangência pontual na Baixada Santista restringindo-se aos locais que ainda preservam ecossistemas naturais de maneira significativa e que são promotores do turismo ecológico ou ecoturismo. Estes locais são em sua grande maioria conservados devido a restrições de uso, seja para fins privados, militares ou conservacionistas. Entretanto, a presença e a valorização destes locais na paisagem da Baixada Santista promovem o desenvolvimento de um Turismo Sustentável independente do ambiente e do uso turístico.</p>
<p>Poluição das águas</p>	<p>Impacto negativo, de abrangência regional, nas águas dos mares, rios e estuários da Baixada Santista. Em relação ao turismo de sol e praia, possui como principais causas a falta de saneamento básico adequado a fim de atender a população flutuante, bem como, em decorrência da indução de ocupações irregulares.</p> <p>As atividades náuticas recreativas e/ou esportivas embarcadas com propulsão também são responsáveis pela poluição das águas, sobretudo, por derramamento e vazamento de hidrocarbonetos e contaminantes presentes na tinta e anti-incrustantes das embarcações.</p>
<p>Poluição do solo</p>	<p>Impacto negativo, ocasionado pela geração e descarte inadequado de resíduos sólidos, sobretudo, associado ao turismo de sol e praia, devido a sua frequência e intensidade de uso das praias, bem como, das atividades náuticas recreativas e/ou esportivas embarcadas e respectiva estrutura de apoio (marinas, garagens, oficinas, estaleiros, etc.).</p> <p>Se por um lado a intensidade e frequência do impacto são maiores para os usos relacionados ao turismo de sol e praia, por outro, o contaminante principal (resíduos oleosos), associado às atividades náuticas, é mais nocivo ao meio, bem como, atinge ecossistemas mais complexos e frágeis a exemplo dos manguezais.</p>
<p>Degradação da paisagem natural</p>	<p>Impacto negativo, de abrangência regional excetuando-se as porções do território que possuem usos restritos para fins militares, privados ou conservacionistas. Caracteriza-se pela implantação de equipamentos urbanos voltados ao turismo (casas e prédios de veraneio, hotéis, restaurantes, estrutura náutica, de lazer, de eventos, etc.) e que modifica o relevo, suprime a vegetação nativa e contrasta ou anula com as edificações tradicionais da localidade em questão.</p>
<p>Processos erosivos e assoreamento</p>	<p>Impacto negativo, O processo de assoreamento e erosão costeira é provocado por diversos fatores antrópicos e naturais, sendo as intervenções turísticas no ecossistema praias uma delas, como a supressão de vegetação de restinga ou manguezais, matas ciliares, e a construção de molhes, píeres e plataformas, a exemplo da Plataforma Marítima de Pesca, molhe na foz do rio Mongaguá, tómbolo artificial unindo a Ilha Porchat à Ilha Santo Amaro, emissário submarino de Santos, molhes e marinas em Bertioga.</p>

Destruição da fauna e da flora	<p>Impacto negativo de ampla abrangência na Baixada Santista, relacionado à supressão de vegetação nativa. No que diz respeito ao Turismo, o maior responsável é o segmento de sol e praia em função dos equipamentos urbanos, casas e prédios de veraneio, entretanto, em menor escala o turismo ecológico vem contribuindo em alguns pontos da Baixada Santista para a fragmentação da vegetação, compactação do solo, geração de resíduos sólidos e consequente perda de habitat da fauna e flora.</p> <p>A atividade náutica turística também provoca este impacto, sobretudo, na supressão de vegetação para a implantação de estrutura de apoio náutica e devido às ondas geradas pelas embarcações que trafegam em alta velocidade por rios e estuários e que degradam as margens dos manguezais. Tal ação acarreta na degradação da ictiofauna e outros recursos marinhos.</p>
Pressão sobre o recurso pesqueiro	<p>Impacto negativo, de abrangência regional especialmente nos rios e entorno das ilhas e parciais da Baixada Santista. Impacto oriundo da atividade de pesca amadora, que disputa com a pesca artesanal espaço e recurso pesqueiro e ocorre de maneira ilegal em muitos casos no que diz respeito aos locais com restrições para a pesca, à realização da atividade sem licença, e utilização de determinados petrechos em períodos e locais proibidos.</p>
Aumento da turbidez e revolvimento de fundo	<p>Impacto negativo de ocorrência pontual em alguns rios da região, bem como, locais de fundeio de embarcações. O tráfego intenso e a alta velocidade das embarcações, a depender da profundidade e do substrato do fundo, aumenta a turbidez da água, bem como, a ancoragem de embarcações ao atingir o fundo revolve este e causa danos maiores ou menores a depender da fragilidade do substrato.</p>

Fonte: elaborado pelo autor.

### 3.1.1.3 INDICADORES DE MONITORAMENTO

Segundo a OTT (1978), um indicador é um meio encontrado para reduzir uma ampla quantidade de dados a uma forma mais simples de informação, retendo o significado essencial do que está sendo perguntado.

Considerando que os impactos oriundos da atividade turística possuem natureza e magnitude diversa na interação entre os turistas, as comunidades e os meios receptores, pode-se afirmar que os impactos, sejam estes positivos ou negativos, estão em constante transformação e desta forma, é de suma importância o estabelecimento de indicadores de monitoramento para um melhor planejamento e gestão desta atividade que impacta as comunidades receptoras e ecossistemas que servem de lócus a prática do turismo.

É com base nos mais de 120 indicadores de sustentabilidade para a atividade turística, apontados por Choi e Sirakaya (2006) que são elencados a seguir, em consonância com os atuais e potenciais usos

turísticos da região e impactos socioambientais correlatos, os indicadores de monitoramento para o desenvolvimento de um Turismo Sustentável na APAMLC. Por meio destes é possível monitorar, no tempo e espaço, aspectos diversos da atividade turística para a região, como por exemplo: caracterização do setor: motivação, grau de satisfação, sazonalidade; impactos gerados e estresse sobre ecossistemas, bens e serviços; estado de conservação e resultados de ações de conservação em ambientes naturais.

**Quadro 3.3.1.3-1 – Indicadores de monitoramento para a atividade turística na Baixada Santista e APAMLC.**

<b>Indicadores socioeconômicos</b>	
<b>Temas-chave</b>	<b>Indicadores</b>
Perfil do turista da Baixada Santista	Idade, gênero, estado civil, renda, se acompanhado, grau de instrução, origem, gastos, motivação, atrativos visitados, grau de satisfação, frequência de visitação, meio de hospedagem utilizado. (Indicador a ser obtido por meio de aplicação de questionário decenal).
Relevância socioeconômica do Turismo	Percentual de estabelecimentos turísticos; Percentual de empregos diretos e indiretos gerados pelo setor; Rendimento médio em comparação a outros setores da economia; Percentual do setor do Turismo na composição do PIB.
Sazonalidade	Percentual de empregos permanentes relacionados ao turismo em comparação aos empregos temporários; Percentual de estabelecimentos que compõem as Atividades Características do Turismo abertos o ano todo.
Dependência e exclusão econômica	Abandono de atividades tradicionais devido ao turismo; Marginalização de populações locais por falta de acesso aos benefícios econômicos do turismo; Razão da empregabilidade entre os diversos setores econômicos (série histórica).
<b>Indicadores culturais</b>	
<b>Temas-chave</b>	<b>Indicadores</b>
Artesanato	Quantidade de feiras e exposições de artesanato produzido localmente; Razão quantitativa e qualitativa entre a produção local e as peças expostas em feiras; Tipo de matéria-prima e identidade cultural do artesanato produzido.
Eventos culturais	Quantidade de eventos; Local de realização; Finalidade principal do evento: fins turísticos ou fins socioculturais.
<b>Indicadores culturais</b>	

Temas-chave	Indicadores
Patrimônio histórico	Quantidade de bens materiais e imateriais; Estado de conservação dos bens materiais; Recursos destinados anualmente para a conservação dos bens culturais
Comunidades tradicionais	Levantamento quantitativo e qualitativo das comunidades tradicionais existentes na região: número de famílias, idade, gênero, renda, saberes, atividades econômicas, etc. Abandono de atividades tradicionais devido ao turismo Grau de satisfação e envolvimento com o turismo das comunidades tradicionais (Indicador a ser medido por meio da aplicação de questionários).
<b>Indicadores ambientais</b>	
Temas-chave	Indicadores
Poluição das águas	Balneabilidade de rios e praias; Percentual de esgoto tratado; Frequência de doenças hídricas; Sítios contaminados; Frequência de acidentes no turismo envolvendo contaminação por hidrocarbonetos.
Poluição do solo	Volume de lixo gerado (tonelada/mês); Volume de lixo reciclado (tonelada/mês); Quantidade de lixo jogado nas praias por mês; Sítios contaminados; Frequência de acidentes no turismo envolvendo contaminação por hidrocarbonetos.
Supressão de vegetação	Número de hectares de vegetação nativa desmatada para implantação de infraestrutura turística.
Degradação da paisagem	Contraste entre as intervenções antrópicas para fins turísticos e o ambiente natural original e edificações tradicionais da região. (Indicador a ser medido através de questionário sobre a percepção tanto de turistas quanto de moradores locais sobre a paisagem do local).
Capacidade de carga	Controle da intensidade do uso através do número total de chegada de turistas (média mensal na alta estação) e do número de turistas por m <sup>2</sup> nos atrativos (praias, ilhas, etc.), por km <sup>2</sup> na destinação; Capacidade de carga com fator de correção para a exploração do recurso pesqueiro em torno das ilhas, parciais e costões rochosos.
Processos erosivos e de assoreamento costeiro e corpos d'água	Monitoramento da deposição e retirada de sedimentos em áreas adjacentes a intervenções antrópicas para fins turísticos (pieres, molhes, emissários, plataformas, hotéis, casas e prédios de veraneio, estruturas de apoio náutico).

Indicadores ambientais	
Temas-chave	Indicadores
Água	Razão entre a disponibilidade e consumo total associado ao turismo (litros/dia).

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ressalta-se o incipiente ou inexistente trabalho sistemático voltado ao planejamento e gestão do turismo para a região. Os municípios que compõem a Baixada Santista, em sua grande maioria não possuem publicados inventários da oferta turística, e muito menos, Planos Diretores de Turismo, conforme será apontado adiante como uma lacuna de conhecimento. Enfatiza-se, entretanto, o importante trabalho realizado pela Agência Metropolitana da Baixada Santista – AGEM, na realização do Plano Diretor de Turismo da Baixada Santista no ano de 2002 (PDTUR, 2002), bem como, outros estudos turísticos e que propõe a integração regional do setor, como o Circuito dos Fortes e os Caminhos de Anchieta.

Contudo, denota-se a lacuna e a importância no estabelecimento de indicadores e monitoramento sistemático da atividade turística a fim de melhor gerenciar atividade socioeconômica de extrema relevância para toda a região, potencializando os seus impactos positivos e prevenindo e mitigando impactos negativos. Os indicadores de monitoramento servem, portanto, para o sistemático acompanhamento e gerenciamento da atividade em constante transformação, resultando em planos estratégicos de médio e longo prazo, a exemplo dos Planos Diretores de Turismo Municipais e Regionais.

#### 3.1.1.4 IDENTIFICAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DE ÁREAS CRÍTICAS E VULNERÁVEIS

Para o presente Diagnóstico do Turismo são consideradas áreas vulneráveis aquelas apontadas como alvos prioritários de conservação da APAMLC (comunidades e atividades tradicionais, praias arenosas, manguezais, estuários, ilhas e parciais, costões rochosos, água do mar) e nas quais se constata a prática do Turismo. As áreas críticas serão apresentadas neste capítulo como aquelas áreas vulneráveis em que já se evidencia impactos provocados pela atividade turística.

O turismo de sol e praia possui nas praias arenosas e água do mar os seus principais atrativos. Desta forma, apontam-se como áreas vulneráveis todas as praias com perdas e supressões de cordões de restinga em detrimento de orlas marítimas urbanizadas, com destaque especial de atenção aos pontos identificados na publicação do Ministério do Meio Ambiente (MUEHE, 2006): Plataforma marítima de Pesca e molhe na foz do rio Mongaguá (**Figura 3.3.1.4-1**), marinas e molhes no município de Bertioxa, a exemplo do molhe iniciado e embargado pelo Ministério Público na praia de São Lourenço.

Figura 3.3.1.4-1 – Plataforma marítima de pesca de Mongaguá: ponto de atenção como ação antrópica promotora de processos erosivos e deposicionais costeiros.



Fonte: Wikicommons, 2013.

Merece atenção, ainda em relação aos processos de erosão e progradação praial, a percepção dos atores locais na elaboração do Diagnóstico Participativo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014), a saber: deposição de sedimentos nas praias de Santa Cruz dos Navegantes, Sangava, e Guaiuba, em função da dragagem que é feita no Porto de Santos.

No que diz respeito à água do mar, identifica-se como áreas críticas, as praias que, segundo o Relatório de Qualidade das Praias Litorâneas no estado de São Paulo (CETESB, 2015), foram classificadas como ruins e péssimas quanto a balneabilidade de suas águas. O comprometimento da balneabilidade tanto pode ser considerado como um aspecto causal, um impacto oriundo da atividade turística, quanto compromete o próprio desenvolvimento da atividade. Cabe ainda enfatizar a alta vulnerabilidade da qualidade das águas do mar, mesmo para aquelas praias classificadas como regulares, boas ou ótimas, tal fato se deve ao significativo comprometimento de todos os rios que desaguam no mar, conforme já observado na caracterização do turismo de sol e praia. A seguir, as praias mais críticas ao turismo quanto à balneabilidade de suas águas na Baixada Santista.

Quadro 3.3.1.4-1 – Áreas críticas: balneabilidade das praias na Baixada Santista

Município	Praias	Classificação
Guarujá	Pernambuco	Ruim (trecho Av. Atlântica).
	Perequê	Péssima
Santos	Ponta da Praia	Péssima
	Aparecida	Ruim

	Embaré	Péssima
	Boqueirão	Péssima
	Gonzaga	Péssima
	José Menino	Péssima
São Vicente	Praia da Divisa	Péssima
	Itararé	Ruim
	Praia da Ilha Porchat	Ruim
	Milionários	Péssima
	Gonzaguinha	Péssima
	Prainha	Péssima
Praia Grande	Boqueirão	Ruim
	Guilhermina	Ruim
	Aviação	Ruim
	Vila Tupy	Ruim
	Ocian	Ruim
	Vila Mirim	Péssima
	Maracanã	Ruim
	Vila Caiçara	Ruim
	Real	Ruim
	Flórida	Ruim
	Jardim Solemar	Ruim
Mongaguá	Itapoã – Vila São Paulo	Péssima
	Central	Ruim
	Vera Cruz	Péssima
	Santa Eugênia	Ruim
	Itaóca	Ruim
	Agenor de Campos	Ruim
	Flórida Mirim	Ruim
Peruíbe	Trecho Balneário São João Batista	Ruim
	Trecho Av. São João	Ruim

Fonte: elaborado pelo autor (adaptado de Relatório de Qualidade das Praias Litorâneas no estado de São Paulo, CETESB, 2015).

Os promontórios, a depender da facilidade de acesso, se constituem também como um elemento de atratividade ao turista de sol e praia, servindo como mirantes e como extensão das já praticadas caminhadas na faixa de areia. Os promontórios da Baixada Santista, ainda representam um dos principais locais nos quais se desenvolve a prática do Ecoturismo, pelo fato de que são nestes ambientes onde se

tem a maior parcela de vegetação nativa Ombrófila Densa ainda conservada na região. A pesca amadora desembarcada e embarcada também possui nos costões rochosos associados aos promontórios, um dos principais locais para a realização da atividade.

A vulnerabilidade dos costões rochosos em relação aos usos turísticos identificados acima se deve, principalmente: pela pressão sobre o recurso pesqueiro que possui os costões como habitat e refúgio; pela abertura de trilhas; e pela eminente ameaça da especulação imobiliária promovida pelo turismo de segunda-residência com consequente supressão de vegetação, perda de habitat, degradação de fauna e flora e degradação da paisagem. Para a APAMLC uma série de promontórios já possui consolidada ocupação urbana, sobretudo, nas porções frontais destes virados para o mar. Estas áreas de ocupação urbana já consolidada apresentam impacto ambiental também já consolidado e irreversível no que diz respeito à supressão e fragmentação da vegetação, perda de habitat para fauna e flora, e degradação da paisagem. Dentre elas pode-se destacar o Morro dos Barbosas, Morro do Jardim Astúrias, Morro do Botelho, Morro do Maluf, Morro Sorocotuba, todos no Guarujá.

Apesar dos ambientes acima possuírem porções de consolidada urbanização, sendo estas classificadas como Z5, Z4 ou Z4E, segundo Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE da Baixada Santista<sup>16</sup> (SMA, 2013), eles também possuem áreas (porções que adentram a planície costeira em sentido a Serra do Mar) que ainda guardam remanescente de vegetação nativa e possuem uso restrito; classificadas como Z1. Sendo estas áreas protegidas pelo ordenamento territorial para a região, porém, alvos constantes dos processos antrópicos desenvolvidos em seu entorno imediato.

A Serra do Guararu, também pode ser considerada como uma área crítica, e assim é também apontada no Diagnóstico Participativo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014). Com enorme potencial ao desenvolvimento do Ecoturismo, esta área sofre atualmente impactos devido à pressão que a atividade exerce sobre o meio. Os condomínios residenciais de alto padrão para veranistas; o uso turístico intensivo e sem estrutura de apoio condizente; o estabelecimento de marinas direcionadas para o Canal de Bertoga, em desacordo com as normas e legislações ambientais; o crescimento de ocupações irregulares motivadas pelo processo de especulação imobiliária e marginalização cultural. Vale destacar a área da Prainha Branca/Ponta da Armação (Z4E conforme ZEE da Baixada Santista) na qual se desenvolve um turismo de uso intensivo do território, do qual a comunidade tradicional caiçara que ali vive se torna refém (detalhamento apresentado no tema Cultura Caiçara do presente diagnóstico). No local constata-se a prática de *camping*, cerca de 50 pequenos estabelecimentos comerciais, uma série de

---

<sup>16</sup> Z1: pesquisa científica, educação ambiental, manejo autossustentado, ecoturismo, pesca artesanal, ocupação humana de baixo impacto.

Z1AEP: usos restritos associados a Unidades de Conservação.

Z2: aquicultura, mineração, beneficiamento, produção e comercialização artesanal.

Z3: usos permitidos para Z1 e Z2 + agropecuária, silvicultura, comércio, turismo rural, ocupação humana rural, atividades educacionais, esportivas, assistenciais e culturais.

Z4: usos permitidos para Z1, Z2 e Z3 + ocupação urbana, comércio e serviços.

Z4E: usos permitidos para Z1 e Z2 + complexos de lazer e condomínios residenciais.

Z5: Z1, Z2, Z3, Z4 + todos os demais usos desde que admitidas normais e regulamentações pertinentes.

pousadas, e nenhum sistema de esgotamento sanitário, bem como, uma coleta de lixo não condizente e incapaz de suprir a demanda de resíduos sólidos gerados (PETROBRAS, 2012).

Enfatiza-se a pressão que vem exercendo a prática do Ecoturismo sobre os promontórios ainda em bom estado de conservação. O Parque Estadual Xixová-Japuí é um bom exemplo de um promontório que ainda guarda significativo patrimônio ambiental, mas que devido à proximidade da área urbana e a facilidade de acesso vem sendo acessado por uma prática intensa de turismo, o que sem infraestrutura, informação, e fiscalização adequada, fatalmente ocasionarão em impactos negativos tanto para o meio quanto para os usos turísticos que o possuem como um elemento de atratividade. Os locais mais críticos são: Morro do Japuí (PEXJ), Morro dos Limões, Serra do Guararu.

As Ilhas, tómbolos e parcéis da APAMLC, não são habitadas, e à exceção dos tómbolos, no que concerne a atividade turística, tem a sua vulnerabilidade em função da prática da pesca amadora, sobretudo a embarcada. Conforme evidenciado no Diagnóstico Participativo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014), a pesca amadora é a atividade turística citada de maior conflito com outros usos, sendo que estes conflitos se dão tanto pela busca de espaço quanto por recurso (recurso pesqueiro), ocorrendo ao longo de toda a costa e no entorno de ilhas, parcéis e costões rochosos, o que nos permite apontar toda esta área como vulnerável à prática da pesca amadora.

As áreas mais críticas, porém, são aquelas apontadas no Diagnóstico Participativo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014), e que assim se constituem devido a maior intensidade do referido uso turístico e/ou devido aos usos restritivos legais para a pesca amadora em tais áreas. São estas: Parque Estadual Marinho da Laje de Santos, Ilha da Queimada Grande e Parcel dos Reis, Ilha do Arvoredo, Laje da Conceição, Ilha da Moela, Ilha de Peruíbe, Ilha do Guaraú, Ilha do Guará (Guarujá) e Ilha das Cabras (Guarujá). Em todas estas se verificam o uso intenso pela pesca amadora e a conseqüente disputa com a pesca artesanal por espaço e recurso pesqueiro. Na Ilha da Queimada Grande e parcéis do entorno, bem como, no Parque Estadual Marinho da Laje de Santos, evidencia-se o descumprimento de lei devido a não permissão da pesca no local, bem como, a disputa de espaço com a prática do mergulho livre. A pesca subaquática, apesar de acontecer em menor intensidade também é, segundo Diagnóstico Participativo, praticada em todas as ilhas e parcéis citados acima e ameaça a sustentabilidade do ecossistema marinho nestas áreas.

Quanto aos tómbolos, estes, para além das práticas da pesca amadora embarcada, sofrem maior pressão da atividade de pesca amadora desembarcada em seus costões rochosos, bem como, dos usos turísticos de sol e praia que na maré seca acessam os locais, com a abertura de trilhas, e tais locais se configuram como mirantes e uma extensão das já praticadas caminhadas. Alguns tómbolos já possuem urbanização consolidada e conseqüente impacto ambiental já concretizado e irreversível, a exemplo da Ilha Porchat e Ilha das Palmas. Outros, a exemplo da Ilha do Mar Casado no Guarujá e da Ilha de Uburuqueçaba em Santos, se configuram como áreas críticas devido às pressões que sofrem, sobretudo, do turismo de sol e praia, e por estas ainda conservarem remanescentes de vegetação nativa. Destaque para os tómbolos localizados dentro do território da APAMLC: Ilha do Mar Casado, Ilhota Praia Grande ou Iporanga e, Ilha da Prainha Preta.

Quanto aos rios, canais e estuários, estes ambientes vêm sofrendo enorme pressão direta e indireta advinda de usos turísticos associados ao ecoturismo, sol e praia e, sobretudo, das atividades náuticas recreativo-esportivas e da pesca amadora. De acordo com o Diagnóstico Participativo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014), destacam-se como áreas críticas: a foz dos rios Una, Preto, Itanhaém, Guaraú, Guaratuba e Itaguaré; os manguezais associados aos rios vermelho, Guaratuba, Itaguaré, rio do Peixe. Rio do meio. Rio Santo Amaro, Canais de Santos e Bertioga.

O Canal de Bertioga se apresenta, segundo Diagnóstico Participativo, como um dos principais pontos de atenção e com maior número de citações (**Figura 3.3.1.4-2**). A grande concentração de marinas, dentro do canal, torna intenso o tráfego de embarcações nesta área, que, além disso, serve de uso a pesca amadora embarcada e desembarcada e atividades aquáticas recreacionais/esportivas tais como esqui-aquático e moto aquática. O local, portanto, é palco de uma acirrada disputa por espaço, bem como, severamente vulnerável e impactado ambientalmente, pelo ruído provocado pelas embarcações com propulsão, pela degradação do manguezal devido à contaminação por resíduos oleosos e por processo erosivo associado às ondas que atingem as margens do manguezal devido à alta velocidade com que trafegam as embarcações.

**Figura 3.3.1.4-2 – Canal de Bertioga: área de alta vulnerabilidade em relação as atividades turísticas.**



Fonte: Wikicommons, 2008.

### **3.1.1.5 POTENCIALIDADES**

#### **3.1.1.5.1 Ecoturismo e turismo de base comunitária**

O Ecoturismo e o Turismo de Base Comunitária são segmentos com potencial para promover o desenvolvimento de um turismo sustentável na região, o que implica na constante busca do equilíbrio entre desenvolvimento econômico, conservação ambiental e inclusão social. A Baixada Santista conta com importantes áreas com enorme potencial para a atividade ecoturística, mas que vêm sendo subaproveitadas e/ou exploradas sem instrumentos que subsidiem o eficaz planejamento e gestão destas áreas visando os objetivos e premissas do turismo ecológico. Algumas áreas que se configuram como Unidades de Conservação necessitam com urgência terem elaborados e aprovados os seus Planos de Manejo e conseqüentemente o ordenamento e implantação de infraestrutura necessária ao desenvolvimento da atividade de uso público e conseqüentemente do ecoturismo. Muitas áreas vêm sendo exploradas, mas a adequada implantação e estruturação destas em produtos turísticos se torna medida necessária para valorizar e controlar atividade já em curso.

Cabe enfatizar, novamente, que a pressão sobre os recursos naturais, decorrentes de ocupações irregulares e ausência de saneamento básico adequado para estas áreas, no que tange ao turismo, passa primeiramente por desenvolver uma atividade que insira a população local e as suas já atividades exercidas, a exemplo da pesca artesanal, desde o início da formatação do produto turístico. Assim se reduz a atração de mão-de-obra-externa, a marginalização e a dependência econômica, fatores estes causais e que estão na origem dos maiores impactos socioambientais relacionados à atividade turística: poluição das águas, descaracterização e vulgarização cultural, e supressão de vegetação.

O nome dado ao processo citado acima, que considera a inclusão das comunidades locais, do início até o final da formatação de um produto turístico é: turismo de base comunitária. A Baixada Santista, apesar de ser pioneira tanto no processo de ocupação urbana quanto no desenvolvimento do turismo, e conseqüentemente contar com triste histórico de marginalização e descaracterização cultural, ainda conta, de acordo com o Diagnóstico Participativo, com uma série de comunidades tradicionais, a saber: Prainha Branca, Perequê (Guarujá), Sítio Cachoeira (Guarujá), Praia de Paranapuã (PEXJ), Guaraú (Peruíbe), Aldeia do Indígena do Bananal (Peruíbe), Barra do Una (RDS Barra do Una), Praia dos Pescadores (Itanhaém), Ilha Diana (Santos), Aldeia Indígena Rio Silveira (Bertioga), São Lourenço (Bertioga), Indaiá (Bertioga). É necessário que se faça a priori, um mapeamento, identificação e caracterização das comunidades tradicionais presentes na Baixada Santista, para o reconhecimento destas e posterior trabalho de orientação, capacitação profissional e estruturação turística, como discutido em detalhe no tópico Cultura Caiçara do presente diagnóstico.

#### **3.1.1.5.2 Turismo histórico-cultural**

A região da Baixada Santista conta com uma significativa e singular oferta de atrativos turísticos de caráter histórico-cultural. A região conta com um rico patrimônio histórico e cultural material associado às

fortificações construídas ao longo de cinco séculos para as defesas das Vilas de São Vicente e Santos, bem como, do Porto de Santos. As fortificações se encontram dentro dos limites administrativos de cinco municípios, a saber: Santos, São Vicente, Guarujá, Praia Grande, e Bertioga. São numerosos também os atrativos relacionados aos caminhos percorridos pelo Padre José de Anchieta na região, atrativos que se estendem desde o município de Bertioga até Itanhaém.

Apesar do histórico de degradação a região ainda conta com significativos sítios arqueológicos, sambaquis e comunidades tradicionais caiçaras, pesqueiras, indígenas. De acordo com o Estudo Socioambiental Ponta da Armação (2012), a Serra do Guararu é tombada como patrimônio histórico pelo CONDEPHAAT e possui significativo acervo arqueológico que remonta o período da colonização portuguesa e o território indígena tupinambá e tupiniquim, a exemplo da ermida de Santo Antonio do Guaibe, o forte de São Felipe e a Armação das Baleias. O rico acervo arqueológico e potencial atrativo turístico, entretanto, encontra-se degradado sob um histórico problemático no que diz respeito no relacionamento e articulação entre a comunidade da Prainha Branca e o CONDEPHAAT.

Por fim, existe uma significativa concentração de atrativos culturais contemporâneos, técnico-científicos, nos municípios de Santos, Guarujá e São Vicente e que já atraem muitos visitantes para a região, a exemplo dos museus, teleférico, aquários, complexo Portuário de Santos.

### **3.1.1.5.3 Atividades náuticas recreativo-esportivas**

A região da APAMLC apresenta 160 km de costa de grande heterogeneidade fisiográfica das praias tanto quanto das apropriações que foram feitas destes lugares. Conta ainda com rios, canais, ilhas, estuários, e costões rochosos. O conjunto destas riquezas natural e da construída pelo homem se mostra como um enorme potencial ainda a ser explorado com base nas atividades náutico-recreativas, a exemplo dos passeios de escuna pela Baía de Santos, de uma atividade de pesca esportiva amadora controlada e monitorada, da criação de novos roteiros náuticos com um Circuito dos Fortes.

A estrutura náutica de apoio já existente na região, estando concentrada nos municípios de Guarujá, Santos e São Vicente, também se mostra como elemento potencial para que o setor náutico se desenvolva, ainda que esta deva passar por uma série de adequações físicas necessárias e rígida fiscalização e monitoramento de modo a não comprometer a qualidade de ecossistemas naturais, bem como, da própria atividade turística náutico-recreativa.

O fomento ao turismo náutico recreativo-esportivo passa primeiramente pela solução de alguns 'gargalos' ao setor e que servem como contribuições para a gestão da APAMLC: a balneabilidade das águas de rios e mares; a adequação sanitária e ambiental das estruturas de apoio náutico e embarcações; a regularização da frota e licenças náuticas tanto para condução quanto para atividades específicas como a pesca amadora; ordenamento territorial de águas interiores e marítimas, sobretudo, nos rios, canais, águas costeiras e em torno de ilhas, parciais e costões rochosos; o incremento da sinalização e acesso a informação aos condutores e praticantes de atividades náuticas; a melhor divulgação e promoção de eventos náuticos; a capacidade de carga dos ambientes tidos como críticos a realização da atividade com

fator de correção para a exploração do recurso pesqueiro; e o incremento na fiscalização do turismo náutico recreativo- esportivo. O desenvolvimento da atividade náutica com qualidade socioambiental tem potencial de agregar valores positivos à APAMLC.

#### **3.1.1.5.4 A integração regional turística**

Para a promoção do turismo regional da Baixada Santista é necessário o estabelecimento um processo de planejamento e gestão integrada da atividade, o que implica no cumprimento de alguns passos essenciais para a boa condução da atividade de maior importância econômica para a região; tais como: inventários turísticos municipais; indicadores de monitoramento que considerem as particularidades municipais de oferta e demanda turística, e consequentes impactos socioambientais; estabelecimento de Planos Diretores Municipais de Turismo com recomendação de revisão decenal mediante a coleta e monitoramento sistemático da atividade entre Planos; Plano Diretor de Turismo Regional.

A integração regional por meio de roteiros turísticos, calendário de eventos, bem como, por meio de soluções integradas a fim de mitigar impactos e gerenciar a atividade é necessário para o fomento de uma agenda positiva no Turismo. Os municípios que compõem a Baixada Santista apresentam atrativos turísticos complementares e que acabam competindo entre si pela demanda turística ao invés de atuarem de forma integrada. Neste sentido, a criação de roteiros turísticos regionais deve ser pensada para além das fronteiras político-administrativas, de modo a fortalecer a identidade regional, agregar valor ao produto turístico, e consequentemente captar uma maior demanda.

O mesmo ocorre com os eventos para a região, onde cada município promove eventos independentes do que esteja acontecendo na região, o que acarreta em uma pulverização da demanda, em eventos sobrepostos, bem como, na promoção de eventos com pouco sentido de pertencimento e identidade cultural. A promoção, porém, de um calendário de eventos regional, possibilita centrar esforços, agregar valor aos eventos e fortalecer a identidade cultural da região.

A gestão do Turismo regional também deve ser promovida através da promoção e fortalecimento das instituições regionais, a exemplo da Câmara Temática de Turismo da entidade *Santos Convention & Visitors Bureau* e da Agência Metropolitana da Baixada Santista – AGEM. Lembrando que passa pela gestão regional o bom funcionamento das instituições de âmbito municipal, a exemplo das Secretarias de Turismo e Conselhos Municipais.

O fomento à diversidade de usos turísticos e novas demandas (ecoturismo, atividades náuticas, histórico-cultural) para a região possibilita potencializar o impacto socioeconômico positivo do setor, bem como, minimizar seus efeitos negativos em relação, por exemplo, à sazonalidade. As visitas aos fortes ao longo da costa, bem como, a experiência de ver o fluxo de grandes e diversas embarcações no Porto de Santos, podem ser realizadas por via marítima, o que agrega valor ao turismo histórico-cultural e promove o segmento do turismo náutico. O incremento dos equipamentos urbanos e dos atrativos histórico-culturais contemporâneos para o município de Santos possibilita maior receita advinda dos cruzeiros marítimos, através do reposicionamento de Santos não somente como um elo logístico nacional para a atividade, mas

também como uma destinação turística. Enfim, são inúmeros os exemplos de como e por onde se interagem os usos turísticos de modo a propiciar maior ganhos sociais, econômicos e ambientais na APAMLC.

### 3.1.1.5.5 Boas práticas

Destaca-se a seguir algumas boas práticas exitosas que acontecem tanto na Região da Baixada Santista quanto fora dela (em nível estadual ou mesmo nacional), e que vão de encontro às características, impactos, 'gargalos' e potencialidades, apontadas para o presente diagnóstico para a APAMLC, as quais podem ser consideradas dentro das estratégias de gestão.

No que se refere à revitalização e implantação de infraestrutura e atrativos que visam o fortalecimento do turismo histórico-cultural para a região:

- Projeto Santos Porto Valongo (Santos/SP): Transformar um espaço de 55 mil metros quadrados em um complexo turístico, náutico, cultural e empresarial, com terminal de cruzeiros, marina pública, escritórios, restaurantes e terminal de transporte aquaviário (INSTITUTO PÓLIS, Diagnóstico Socioambiental: município de Santos, 2013).
- Museu Pelé (Santos/SP): instalado nos casarões do Valongo, imóvel do século XIX, que sofreu dois incêndios e foi totalmente reconstruído. Em espaço de 4.134m<sup>2</sup> que conta com 2.354 peças, áudios, vídeos, fotos sobre a história do rei do futebol<sup>17</sup>.

No que se refere ao envolvimento e inclusão social da população local e comunidades tradicionais na formatação de produtos turísticos:

- Ilha Diana (Santos/SP): projeto para o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária originado como uma das condicionantes ao processo de licenciamento ambiental do terminal portuário Embraport, vizinho à ilha. Uma ilha fluvial localizada no estuário de Santos, em meio ao ecossistema de manguezal. Em regime de rodízio, 22 dos 210 moradores do núcleo recebem os turistas, de modo, a não dependerem tão somente da atividade turística, bem como, conservarem e manterem os seus valores, crenças e atividades econômicas anteriores ao turismo como a pesca artesanal e a coleta de mariscos, características estas que conferem também os principais elementos de atratividade ao turismo promovido na ilha. Uma associação de moradores foi criada de modo a gerir os recursos oriundos do desenvolvimento do turismo na ilha<sup>18</sup>.
- Agricultura familiar voltada para o turismo sustentável (Maraú/BA): projeto que teve o seu início no ano de 2014 através de uma parceria estabelecida entre a Secretaria de Turismo com a secretaria de

<sup>17</sup> <http://www.turismosantos.com.br/ptb/guia-de-santos/locais/ir/atracoes-em-santos/centro-historico/museu-pele>. Acesso em 09/08/2016.

<sup>18</sup> <http://caicaraexpedicoes.com/pagina/18/turismo-comunitario>; <http://www.turismosantos.com.br/ptb/guia-de-santos/locais/ir/atracoes-em-santos/area-continental/ilha-diana>. Acesso em 09/08/2016.

Agricultura do Município e que se trata da realização semanal de uma feira de produtos orgânicos e regionais com agriculturas das famílias da área rural para atender a comunidade, turistas e empreendimentos turísticos. A feira é realizada na área de maior concentração de turistas e equipamentos turísticos como hotéis e restaurantes. Esta ação possibilita a valorização cultural das comunidades locais, a permanência das comunidades rurais no campo e consequente dinamização econômica, custos mais baixos para os empreendimentos turísticos na aquisição de alimentos, valor agregado ao produto turístico com bens de rico valor cultural e particulares a gastronomia tradicional. Vale destacar que nos municípios de maior planície litorânea a exemplo de Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe, inicia-se a promoção de um turismo de característica rural, bem como, possibilita maiores possibilidades para a atividade agrícola condicionada a disponibilidade de áreas agricultáveis (MTUR, 2015).

- Rede Caiçara de Turismo Comunitário (Paranaguá/PR): Projeto iniciado no ano de 2013, através de condicionante relacionado ao Projeto de Educação Ambiental – PEA do terminal de Containers de Paranaguá. Em suma, o projeto que acontece por meio de parceria firmada entre o Sebrae-PR, comunidades e poder público municipal através da Fundação Municipal de Turismo, consiste primeiramente na identificação de potenciais turísticos junto a diversas comunidades tradicionais do município, e posterior trabalho de promoção dos saberes locais, boas práticas em alimentação, entre outros. Em seguida, cada comunidade teve de criar um projeto com as principais necessidades e ações para o desenvolvimento do turismo na localidade. Estão ativas atualmente, trabalhando com o turismo, cinco comunidades (MTUR, 2015).
- Curso de Turismo de Base Comunitária em Santos: Iniciativa do Fórum de Economia Solidária da Baixada Santista, Litoral Sustentável, Unesp, Cati, Funai, e prefeituras municipais de Peruíbe, Itanhaém, Guarujá e Santos. A ideia é que se faça um mapeamento das comunidades tanto as que já desenvolvem esse tipo de atividade quanto aquelas com potencial, para então trabalhar a formação e capacitação destas comunidades. O curso conta com cinco atividades previstas e vagas a serem preenchidas por membros das comunidades atendidas e gestores dos municípios da Baixada<sup>19</sup>

No que se refere à adequação da destinação para o turismo ecológico pela implantação de um sistema organizacional e gestor participativo, infraestrutura e/ou ordenamento territorial:

- As trilhas promovidas no Parque Estadual da Restinga de Bertiooga: De criação recente (2010) e sem contar ainda com o Plano de Manejo, um Plano Emergencial de Uso Público foi criado a fim de atender a demanda turística para a área e consequentemente agregar valor e sentido do pertencimento. É através do Plano Emergencial que são operacionalizadas duas trilhas dentro PERB e que possuem capacidade de carga definidas e só podem ser visitadas junto com monitores ambientais

---

<sup>19</sup> <http://litoralsustentavel.org.br/povos-e-comunidades-tradicionais/baixada-santista-tem-pela-1a-vez-curso-de-turismo-de-base-comunitaria/>. Acesso em 10/08/2016.

cadastrados na Prefeitura Municipal, e que foram capacitados pela Fundação Florestal em parceria com o poder público municipal<sup>20</sup>.

- Programa de Gestão Ambiental da Serra do Guararu: com início no ano de 2001, o projeto idealizado e executado pela Fundação SOS Mata Atlântica em parceria com a Sociedade Amigos de Iporanga - SASIP, com base na gestão participativa, promoveu: oficinas de educação ambiental junto às comunidades da Prainha Branca e Cachoeira, ações de coleta seletiva do lixo, a consolidação da estrada parque da Serra do Guararu com a instalação de pórticos, painéis, coletores de lixo, pontos de ônibus e revitalizações de acessos e trilhas; elaboração de documento, apresentado ao município como subsídio para elaboração do Plano Diretor Municipal, contendo um marco regulatório com ordenamento territorial e criação de Unidade de Conservação dotada de conselho de gestão e fundo próprio. Cabe ainda enfatizar o estabelecimento de parcerias entre o Departamento de Estradas e Rodagem – DER, Dersa e Secretaria Estadual de Transportes para a implantação da Estrada Parque. Para além dos ganhos materiais como a consolidação da estrada parque, reforma de escola, etc. o referido Programa propiciou a produção de muitos dados e despertou o interesse da sociedade civil para a conservação da Serra do Guararu como um todo<sup>21</sup>.

No que se refere à promoção, ordenamento e mitigação de impactos negativos associados ao Turismo Náutico e de Sol e Praia:

- Turismo de observação de baleias (Mata de São João/BA): projeto desenvolvido entre o Instituto Baleia Jubarte – IBJ e o receptivo local para a realização do turismo de observação de baleias. As operadoras locais viabilizam a realização dos passeios náuticos com a estrutura e condições necessárias e garantem vagas para o embarque de pesquisadores em todos os passeios. Em contrapartida o IBJ disponibiliza técnicos e pesquisadores, que acompanham os passeios, realizam palestras de conscientização com os turistas antes do embarque, fazem o monitoramento das baleias avistadas e a fiscalização para que os impactos sejam os menores possíveis. Parte do valor cobrado dos turistas é repassado ao IBJ como subsídio às atividades de pesquisa científica. As operadoras locais recebem capacitação e um selo com a chancela do IBJ (MTUR, 2015). Vale ressaltar que a costa da Baixada Santista faz parte da rota migratória das Baleias Jubarte (vide maior detalhamento no tema Mastofauna Marinha do presente diagnóstico).
- Certificação Bandeira Azul (*Blue flag*): O Programa Bandeira Azul é uma iniciativa da *Foundation for Environmental Education* e que contando atualmente com o apoio de diversas instituições internacionais, sendo que no Brasil o programa é operado pelo Instituto Ambientes em Rede, com sede na cidade de Florianópolis/SC. O programa se trata de uma certificação internacional, baseado em princípios de sistema de gestão ambiental, para praias, marinas e embarcações. Os critérios para que uma praia/marina seja certificada são divididas em quatro grupos: educação e informação

---

<sup>20</sup> <http://fflorestal.sp.gov.br/2015/01/26/parque-estadual-restinga-de-bertioga-abre-duas-trilhas-para-visitacao/>. Acesso em 09/08/2016.

<sup>21</sup> <https://www.sosma.org.br/projeto/projetos-anteriores/guararu/>. Acesso em 09/08/2016.

ambiental, qualidade da água, gestão ambiental, segurança e serviços<sup>22</sup>. O Programa além de propiciar o desenvolvimento de um turismo sustentável através da prevenção e mitigação de impactos negativos, também promove a conscientização ambiental e influencia políticas públicas, a exemplo do Projeto Marinas da CETESB, e as condicionantes para o licenciamento ambiental de estruturas náuticas de apoio. Para a região da APAMLC foram certificadas a Marina Marinas Nacionais e a Praia do Tombo, ambos localizados no município do Guarujá.

- Projeto Marinas: o Projeto Marinas é um programa de adequação ambiental da atividade náutica, desenvolvido pela CETESB para todo o estado de São Paulo, que prevê a adequação física e operacional dos empreendimentos náuticos, além do controle de poluição do setor náutico e pesqueiro, com o objetivo de melhorar a qualidade do ambiente costeiro. Foram fiscalizadas todas as instalações do litoral paulista, e todas apresentavam irregularidades, sendo que muitas destas após o projeto apresentaram significativas melhorias físicas e operacionais, a exemplo da implantação de piso e cobertura nos pátios, canaletas, caixa separadora de água e óleo - SAO, etc. O Projeto Marinas resultou na Consolidação de regramentos legais no âmbito do licenciamento ambiental estadual, visando regulamentar o setor náutico. O Projeto Marinas foi replicado basicamente com os mesmos critérios de ordenamento ambiental da atividade náutica no litoral fluminense no âmbito do Projeto BIG (Projeto Baía da Ilha Grande), fomentado pela FAO em parceria com o INEA, resultando em expressiva melhoria nos empreendimentos de Paraty e Angra dos Reis.
- Programa de Gerenciamento de Resíduos da Riviera de São Lourenço (Bertioga/SP): programa pioneiro nascido no ano de 1992 e idealizado pela construtora Sobloco. Possui como etapa primeira um trabalho de educação ambiental junto a moradores, comerciantes, caseiros, zeladores, etc. Os moradores fazem a triagem em suas residências e depositam os resíduos nas lixeiras compartimentadas dos edifícios ou nos diversos Postos de Entrega Voluntária – PEV, localizados em avenidas próximas aos loteamentos residenciais. Uma triagem mais apurada é feita em uma central pela Associação dos Amigos da Riviera que separam e prensam os resíduos conforme exigência dos compradores de sucata. No ano de 2008 foram comercializadas aproximadamente doze toneladas por mês de resíduo, sendo que o dinheiro obtido é revertido a Fundação 10 de Agosto, entidade sem fins lucrativos, que promove trabalhos sociais de educação, capacitação e lazer aos moradores de Bertioga. O Programa conta ainda com o gerenciamento de resíduos perigosos e da construção civil que incluir palestras e critérios para a contratação de fornecedores licenciados e comprometidos com o meio ambiente, critérios ambientais para a seleção de materiais, o não desperdício de materiais, gestão de sobras e perdas, correto acondicionamento (MAZZOLENIS, 2008).
- Criação do Parque Estadual da Restinga de Bertioga (Bertioga/SP): a criação da Unidade de Conservação de Proteção Integral é extremamente relevante no que diz respeito a frear o intenso processo de especulação imobiliária que vinha sofrendo a região em função dos já consolidados loteamentos residenciais como a Riviera de São Lourenço e os condomínios da Praia de Guaratuba e Boracéia.

---

<sup>22</sup> <http://www.bandeiraazul.org.br/>. Acesso em 10/08/2016.

- Sinalização Turística: sendo a falta de informação uma das causas apontadas no Diagnóstico Participativo, para impactos ambientais negativos associados, sobretudo, a prática da pesca amadora, bem como, sendo a falta de informação e sinalização uma deficiência amplamente apontada no âmbito do PDTUR para a Baixada Santista 2002, como barreira ao desenvolvimento turismo náutico e outros segmentos diversos ao turismo de sol e praia, destaca-se então o trabalho desenvolvido pela Agência Metropolitana da Baixada Santista - AGEM em parceria com o governo do Estado e a Siggeo Engenharia e Consultoria, o SINALTUR, que implantou placas de sinalização turística para cerca de 300 atrativos turísticos inventariados para a região.
- No que se refere à integração e promoção regional do turismo para a Baixada Santista:
- As Instituições e entidades de planejamento e gestão regional: Agência Metropolitana da Baixada Santista – AGEM: criada através de Lei Complementar Estadual nº 853 de 23 de dezembro de 1998, como entidade autárquica com sede e foro no município de Santos; Observatório do Litoral Sustentável: criado no ano de 2011 através de um convênio entre o Instituto Pólis e a Petrobras, o Observatório Litoral Sustentável é um braço do Instituto Polis que se caracteriza como uma instituição não governamental; *Santos e Região Convention & Visitors Bureau - SRCVB*: criada no ano de 2002 é uma entidade associativa, com sede na cidade de Santos, sem fins lucrativos e que reúne entidades e instituições da iniciativa privada, poder público e sociedade civil.
- PDTUR: Plano Diretor do Turismo para a Baixada Santista realizado no ano de 2002 pela AGEM.
- Pesquisa NESE: Pesquisa realizada pela entidade, *Santos e Região Convention & Visitors Bureau - SRCVB*, no ano de 2004, sobre o perfil do turista de lazer na Baixada Santista.
- Diagnósticos urbanos socioambientais municipais: trabalho realizado pelo Observatório do Litoral Sustentável entre os anos de 2013 e 2014 foram elaborados diagnósticos urbanos socioambientais para todos os municípios do litoral paulista, bem como, cadernos temáticos para a Baixada Santista, dentre os quais se tem o Turismo.
- Circuitos dos Fortes e Caminhos de Anchieta: dois projetos consultivos elaborados pela AGEM e que visam à promoção de outros usos turísticos e a regionalização do turismo na Baixada Santista.
- Gestão de Marcas (Salvador/BA): pratica iniciada na gestão otimizada de grandes eventos com base na experiência adquirida com o Comitê olímpico Internacional (COI). Em suma, a cooperação e a mobilização ocorrem da seguinte forma: enquanto os eventos são financiados por patrocinadores privados, a Prefeitura entra apenas com apoio na infraestrutura, havendo economia nos gastos públicos e ganhos de publicidade para as empresas. Este sistema de gestão já reconcionou um caixa eletrônico no Mercado Modelo, requalificou campos de futebol e outras ações e eventos estão em andamento, impactando diretamente na formatação do calendário de eventos da cidade (MTUR, 2015).

### 3.1.1.6 LACUNAS DO CONHECIMENTO

- Publicação de dados quantitativos e qualitativos atualizados sobre a estrutura náutica (estruturas de apoio e frota de embarcações) dos municípios que compõem a Baixada Santista, bem como, da região;
- Informação sobre os roteiros náuticos recreativo-esportivos, sobretudo, nos municípios ao sul de Santos.
- Locais de fundeio de embarcações na região da Baixada Santista;
- Cadastro dos prestadores de serviços turísticos na APAMLC (monitores ambientais, condutores de veículos ou embarcações, prestadores de serviços com a utilização de embarcações, agências de viagens e turismo e receptivos locais).
- Planos Diretores Municipais de Turismo;
- Estudos de capacidade de carga para destinações e atrativos turísticos;
- Caracterização e monitoramento da atividade náutica recreativo-esportiva;
- Inventário de comunidades tradicionais da Baixada Santista;
- Indicadores e Avaliação de Impactos Ambientais – AIA e que compreenda a multiplicidade de usos turísticos da Baixada Santista.

### 3.1.1.7 CENÁRIOS FUTUROS E CONTRIBUIÇÕES AO PLANEJAMENTO DA UC:

O turismo na Baixada Santista que possui seu histórico associado ao desenvolvimento de um turismo balneário de segunda-residência, de uso intenso dos recursos naturais e alta sazonalidade, marcou a região por um significativo desenvolvimento econômico, mas de grande marginalização e descaracterização cultural, supervalorização de bens e serviços e degradação ambiental. Este cenário, no entanto, apresenta indícios de rejuvenescimento, através, sobretudo, da diversificação da atividade e da integração municipal e consequente regionalização do setor. Alguns segmentos turísticos se apresentam mais promissores no que concerne à possibilidade de mitigar o caráter sazonal do turismo de sol e praia, bem como promover a prática de um turismo sustentável independentemente do segmento.

Passos importantes foram dados para a regionalização, diversificação e sustentabilidade da atividade turística, bem como, são numerosos os *benchmarking* que podem servir de modelo no planejamento e gestão da atividade. Dentre as iniciativas e potencialidades para a criação de uma nova identidade, paradigma e rejuvenescimento da atividade turística: destacam-se: os numerosos e significativos territórios ambientalmente protegidos; um rico acervo histórico-cultural material e imaterial que compreende desde

as comunidades tradicionais (que ainda sobrevivem ao intenso processo de urbanização), até os fortes, centro histórico, templos e igrejas.

Contudo, constata-se uma série de lacunas a serem trabalhadas conforme também aponta o presente Diagnóstico Técnico – DT e é com base nestas informações que se propõem algumas contribuições ao Plano de Manejo da APAMLC na perspectiva de um cenário ideal tanto para a atividade turística quanto para os ambientes em que esta ocorre.

Quadro 3.3.1.7-1 – Cenários Futuros do turismo da Baixada Santista

Aspectos	Cenários	
	Atual	Ideal
Turismo e dinamização econômica	É o principal PIB para a região de modo a tornar a economia regional refém da atividade turística, sua sazonalidade e instabilidade do mercado. Os municípios de Santos e Guarujá apresentam economia mais diversificada.	Ter na atividade turística forte componente e até a principal economia para a região, porém, com menor sazonalidade e como indutora de outras atividades econômicas a exemplo da indústria naval, atividade pesqueira, agricultura, artesanato, etc.
Preservação ambiental	<p>Significativa porção das áreas que ainda conservam ambientes naturais preservados possuem uso restrito seja por zoneamento ecológico e econômico, seja pelo estabelecimento de Unidades de Conservação.</p> <p>Pressão direta e indireta devido às atividades antrópicas em seu entorno e imediato e no que se referem ao turismo, através de usos secundários ao turismo de sol e praia, atividades náuticas esportivo-recreativas e ecoturismo.</p> <p>O déficit e inadequação no sistema de esgotamento sanitário, junto com a supressão de vegetação e perda de biodiversidade ainda se configuram como principais impactos ambientais promovidos pela atividade turística.</p>	<p>Ter o turismo como instrumento provisor de pertencimento e identidade para as áreas que ainda conservam ambientes naturais.</p> <p>Regularização e adequação de ocupações irregulares em ecossistemas frágeis.</p> <p>Incremento nos trabalhos de provimento de informação e educação ambiental para moradores, prestadores de serviço e turistas.</p> <p>Aumento do efetivo fiscal, sobretudo, nas áreas identificadas como críticas.</p> <p>Inclusão social pelo turismo</p>
Valorização e preservação cultural	<p>Uma série de comunidades tradicionais caiçaras e indígenas marginalizadas tendo suas atividades econômicas tradicionais comprometidas pela expropriação e supervalorização do espaço público.</p> <p>A descaracterização e vulgarização da cultura tradicional de acordo com as necessidades e vontades da demanda turística.</p> <p>Significativo patrimônio cultural imaterial ainda presente na região através de comunidades tradicionais e suas respectivas manifestações, festividades, gastronomia, atividades econômicas, etc.</p> <p>Ações pontuais de inclusão social e preservação de cultura através do desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária, bem como, a promoção de roteiros turísticos culturais.</p> <p>Vasto e singular patrimônio histórico-</p>	Ter na atividade turística importante mecanismo de inclusão social e preservação do patrimônio histórico-cultural material e imaterial.

	cultural material, associado aos fortes, aos jesuítas, e aos equipamentos contemporâneos como museus, aquários, etc.	
Regionalização da atividade turística	Existe, através de instituições e entidades com a finalidade de promover o desenvolvimento e integração regional para a RMBS.	Estabelecimento de um ente coordenador especificamente ao desenvolvimento regional da atividade turística, bem como, a definição e distribuição de tarefas e competências entre estes.
Diversificação da atividade turística	Existe, porém ainda de maneira incipiente, subaproveitada, e ausente de planejamento estratégico que vise a sustentabilidade do setor e consequente preservação do patrimônio ambiental e cultural da região.	Fomentar a multiplicidade de usos turísticos na região, como forma de atenuar o efeito da sazonalidade e promover um turismo sustentável e instrumento de preservação ambiental e cultural. O ideal é que os usos turísticos vinculados à ecologia, atividades náuticas, e histórico-cultural, na região, cresçam e sirvam como modelo de sustentabilidade ao uso turístico mais intenso de sol e praia.

Fonte: elaborado pelo autor.

■ **Contribuições/Diretrizes para que se atinja o cenário ideal:**

Cabe enfatizar que muitas das contribuições apontadas possuem caráter estruturante para o desenvolvimento da atividade turística na Baixada Santista, visando subsidiar um planejamento e monitoramento da atividade, de modo a garantir a conservação dos recursos naturais, culturais e turísticos, bem como, propiciar a inclusão social e melhoria da qualidade de vida tanto para os turistas quanto para a comunidade receptora. Desta forma, evidencia-se que muitas das diretrizes a seguir apontadas, fogem a responsabilidade e competência da APAMLC, mas são de suma importância para que, no que depende do Turismo, se efetive o objetivo principal da APAMLC que é o de melhorar a qualidade de vida de seus habitantes e usuários.

**Quadro 3.3.1.7-2 – Contribuições para um cenário ideal**

<b>Contribuições</b>	<b>Responsabilidade</b>
Estabelecimento de Indicadores de monitoramento da atividade turística para a região e por município	De competência externa, porém, caberia a APAMLC estabelecer indicadores da atividade turística de ocorrência dentro de seus limites territoriais. Recomenda-se, no entanto o estabelecimento de indicadores para atividade turística como um todo, para a toda a região e que compreenda os diversos usos turísticos, sendo esta uma responsabilidade externa a APAMLC, mas que pode ser articulada por esta.
Monitoramento sistemático da atividade turística conforme frequência definida para os indicadores	Em acordo com o item anterior.

<p>Elaboração de Inventários da Oferta Turística para os municípios conforme preconizado pelo Projeto Inventário da Oferta Turística (Mtur, 2006)<sup>23</sup></p>	<p>De competência externa.</p>
<p>Elaboração de Planos Diretores de Turismo municipais e regionais de frequência decenal</p>	<p>De competência externa.</p>
<p>Estabelecimento de ente coordenador e atribuições de tarefas entre as instituições regionais já consolidadas: Criação de um comitê entre as três instituições especial para o turismo e de caráter deliberativo pelo qual seriam discutidas as diretrizes e atribuições executivas para o turismo regional a cada um dos entes. A título de exemplo o Observatório do Litoral Sustentável poderia ficar a cargo do estabelecimento e análise dos indicadores de monitoramento para as atividades turísticas da região, cuja coleta sistemática das informações fica a cargo da entidade “<i>Santos e Região Convention &amp; Visitors Bureau</i>”, que já conta entre seus associados com uma significativa rede de parcerias entre a iniciativa privada, poder público e instituições de ensino. A AGEM fica com a responsabilidade de elaborar Plano Diretor de Turismo Regional decenal, bem como, outros programas e planos de caráter consultivo e executivo, provenientes do diagnóstico e prognóstico dos Planos Diretores de Turismo para o desenvolvimento de turismo regional</p>	<p>De competência externa.</p>
<p>Estabelecimento de Capacidade de Carga: prioritariamente sob as áreas identificadas como vulneráveis e críticas neste DT. A capacidade de carga deve ser estabelecida conforme metodologia proposta por Cifuentes (CORDEIRO, KÖRÖSSY, SELVA, 2013), na qual primeiro se considera a Capacidade de Carga Física dos ambientes que procura estabelecer quantos visitantes uma determinada área pode receber, considerando o tamanho do local, o tempo que o local permanece aberto à visitação e o espaço ocupado por cada visitante. A partir daí calcula-se a Capacidade de Carga Real para a qual se insere fatores correção considerando variáveis físicas, bióticas, sociais e culturais a depender do ambiente na qual se desenvolve o turismo. A esta segunda aproximação, aplica-se uma variável que considera as capacidades operacionais do órgão gestor da área, de modo que se obtém a Capacidade de Carga Efetiva, ou seja, o quanto de visitantes uma área pode efetivamente receber sem que isso signifique a degradação do ambiente ou o prejuízo da qualidade da experiência do visitante</p>	<p>Cabe a APAMLC estabelecer capacidade de carga para os atrativos turísticos inseridos dentro de seus limites territoriais, com recomendação de que se comece pelas áreas críticas identificadas no presente diagnóstico.</p>
<p>Mapeamento, caracterização, e regularização de comunidades tradicionais: a regularização das comunidades tradicionais dar-se-á através de concessão de área pelo governo federal, impedindo na prática que os locais sejam alvo de grilagem e especulação imobiliária, e conseqüente supressão de vegetação e descaracterização cultural. Além do núcleo urbano/residencial onde vivem as comunidades,</p>	<p>De competência externa.</p>

<sup>23</sup> <http://www.inventario.turismo.gov.br/invtur/>. Acesso em 11/08/2016.

<p>áreas adjacentes também podem ser alvo de concessão, caracterizando-se estas como áreas de reserva alimentar a fim de garantir as condições necessárias para as atividades pesca e agricultura de subsistência</p>	
<p>Cursos de capacitação em TBC: após o mapeamento e caracterização das comunidades tradicionais, propiciar a oferta de curso em Turismo de Base Comunitária nos mesmos moldes de curso já oferecido no município de Santos, do qual participaram cerca de 70 pessoas. O curso já realizado foi idealizado por uma rede de parcerias composta pelo Fórum da Economia Solidária da Baixada Santista, Observatório Litoral Sustentável, Unesp, Cati, Funai, prefeituras municipais de Itanhaém, Peruíbe, Guarujá e Santos</p>	<p>De competência externa.</p>
<p>Cursos de capacitação diversos: Identificação de demanda e promoção de cursos de capacitação para as mais diversas atividades econômicas associadas ao Turismo: monitores ambientais, gastronomia, instrutores de mergulho, condutores náuticos, guias, garçons, recepcionistas, etc.</p>	<p>De competência externa.</p>
<p>Balneabilidade das praias: No que se refere à qualidade das águas propõe-se um conjunto de medidas de caráter imediato para a mitigação do problema, entretanto, sabe-se que, conforme visto em itens anteriores, a solução do problema passa (no que diz respeito ao turismo) pelo desenvolvimento econômico sustentável da atividade turística, ou seja, a promoção desta atividade de modo a valorizar e incluir a população local em toda a cadeia produtiva e assim reduzir fluxos migratórios, marginalização sociocultural e consequente ocupações irregulares sob ecossistemas frágeis e desprovidos de rede coletora de água e esgoto. Quanto às ações imediatas destaca-se a adequação do sistema de saneamento básico a população total dos municípios que compõe a região (fixa + flutuante); regularização de áreas de ocupação irregular, a começar daquelas estabelecidas nas margens de rios e córregos e em ecossistemas mais frágeis, tais como manguezais e estuários; recuperação da área do antigo lixão de Bertiooga; adequação física de estruturas de apoio náutico e embarcações conforme critérios estabelecidos pelo programa de certificação internacional <i>Blue Flag</i>; aumento efetivo da fiscalização para estruturas de apoio náutico e embarcações e consequente aplicação de sanções legais; remediação e adoção de medidas preventivas relacionadas à dispersão para as praias vizinhas do material dragado no Porto de Santos</p>	<p>De competência externa.</p>
<p>Sinalização e informação sobre riscos socioambientais: implantação de Programa de Educação Ambiental permanente junto aos moradores locais, prestadores de serviço junto ao <i>trade turístico</i>, e turistas, bem como, implantação de placas de sinalização nas áreas mais críticas identificadas no presente DT, no que diz, sobretudo, respeito a limite de velocidade e restrições de uso. Recomenda-se a instalação de boias para demarcação e ordenamento do</p>	<p>Cabe a APAML promover a sinalização e informações sobre normas e riscos socioambientais em atrativos turísticos inseridos dentro de seus limites territoriais. A APAMLC pode ainda se responsabilizar por Programa de Educação Ambiental junto aos principais <i>stakeholders</i> que utilizam e promovem o uso turístico dos recursos naturais inseridos dentro da área.</p>

<p>tráfego de embarcações e demais atividades náuticas conforme recomenda a NORMAN-07/DPC (MARINHA DO BRASIL, 2003) pela delimitação de uma faixa a 100 metros da areia da praia para circulação de embarcações com propulsão a vela ou remo com velocidade máxima de 5 nós, e outra a 200 metros da areia da praia para a circulação de jet-skis e barcos com velocidade máxima de 30 nós. Para as embarcações de aluguel (<i>banana-boat</i>, plana sub, etc.) que operam nas imediações das praias e margens, deverão ter suas áreas de atuação perfeitamente delimitadas, por meio de boias, pelos proprietários das embarcações, sendo estas áreas devidamente aprovadas pela Capitania dos Portos ou Diretoria Local;</p>	
<p>Regularização de licenças náuticas para a pesca amadora e atividades recreativo-esportivas</p>	<p>De competência externa.</p>
<p>Implantação de poitas fixas de concreto nos locais de maior fluxo de embarcações e em consonância com capacidade de carga definida</p>	<p>De competência da APAMLC.</p>
<p>Aumento do efetivo de fiscalização das estruturas de apoio e embarcações náuticas (nas áreas críticas identificadas no presente DT) para que se faça o cumprimento da lei mediante sanções legais</p>	<p>De competência da APAMLC em parceria com entidades e instituições externas.</p>
<p>Diversificação da atividade turística: promoção de outros usos turísticos, com destaque na região para: o turismo histórico-cultural, de eventos, ecoturismo, turismo de base comunitária, e náutico recreativo-esportivo. Destaca-se como ações prioritárias neste sentido, a caracterização e regularização de comunidades tradicionais, a criação de Unidades de Conservação e respectivos de Plano de Manejo de maneira a ordenar a atividade turística, a identificação e tombamento de bens materiais e imateriais do patrimônio histórico-cultural, a promoção de roteiros regionais, a implantação de infraestrutura necessária e adequada nas áreas em que o ecoturismo já acontece, estabelecimento de capacidade de carga nas áreas de maior vulnerabilidade e críticas apontadas neste DT.</p>	<p>De competência externa.</p>
<p>Calendário regional de grandes eventos: compactuar entre os municípios da Baixada Santista um calendário regional de grandes eventos facilitando assim o trabalho de divulgação e captação de turistas e promovendo a maior permanência de turistas no destino, o deslocamento entre cidades, uma quebra da sazonalidade.</p>	<p>De competência externa.</p>

### 3.1.1.8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOBAR. Associação Brasileira dos Construtores de Barcos e seus Implementos. *Indústria Náutica Brasileira. Fato e Números*. Rio de Janeiro, 2012.

AMARAL, R. *Custo afugenta cruzeiros da costa brasileira e número de passageiros diminui*. Disponível em < <http://g1.globo.com/turismo-e-viagem/noticia/2013/05/custo-afugenta-cruzeiros-da-costa-brasileira-e-n-de-passageiros-diminui.html>>. Acesso em 10/07/2016.

BAHIA (Estado). Secretaria de Turismo. Superintendência de Investimentos em Polos Turísticos. *Plano Estratégico do Turismo Náutico na Baía de Todos os Santos*: SETUR, 2010.

BANCO CENTRAL (2016). *Focus – Relatório de Mercado*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?FOCUSRELMERC>>. Acesso em 25/07/2016.

BRASIL, EMBRATUR. *Diretrizes para uma política nacional do ecoturismo*. Brasília: EMBRATUR, 1994.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em 25/07/2016.

\_\_\_\_\_. *Economia do Turismo: análise das atividades características do turismo 2003*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (Lei nº 7.661 de 16 de Maio de 1988). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7661.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7661.htm)>. Acesso em Julho de 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. *Guia Sanitário para Navios de Cruzeiro*. Brasília: ANISA, 2011.

BRASIL, Ministério do Turismo. *Boas Práticas, 2015*. Brasília: Ministério do Turismo, 2015.

\_\_\_\_\_. *Ecoturismo: orientações básicas*. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

\_\_\_\_\_. *Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais*. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

\_\_\_\_\_. *Turismo Cultural: orientações básicas*. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

\_\_\_\_\_. *Turismo de Negócios e Eventos: orientações básicas*. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

\_\_\_\_\_. *Turismo de Pesca: orientações básicas*. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

\_\_\_\_\_. *Turismo de Sol e Praia: orientações básicas*. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

\_\_\_\_\_. *Turismo Náutico: orientações básicas*. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. (Presidência da República) Secretaria de Portos – SEP (2015). *Comissão Nacional para Assuntos de Praticagem*. Disponível em: <<http://www.portosdobrasil.gov.br/assuntos-1/gestao/praticagem/comissao-nacional-para-assuntos-de-praticagem-2013-cnap/comissao-nacional-para-assuntos-de-praticagem-2013-cnap>>. Acesso em 10/07/2016.

\_\_\_\_\_. *Obras Portuárias*. Disponível em: <<http://www.portosdobrasil.gov.br/assuntos-1/investimentos/acessos-portuarios>>. Acesso em 10/07/2016.

BRITO, P. *Muito a Navegar: Uma Análise logística dos Portos Brasileiros*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2010.

BUTLER, R. *The Concept of a Tourist Area Cycle of Evolution. Contemporary Tourism Reviews*. Oxford, England: Goodfellow Publishers Ltd, 1980.

CAIÇARA EXPEDIÇÕES. *Turismo Comunitário Ilha Diana – Santos SP*. Disponível em

<<http://caicaraexpedicoes.com/pagina/18/turismo-comunitario>>. Acesso em 09/08/2016.

CARVALHAL F. e BERCHEZ F.A.S. *Costão Rochoso, a diversidade em microescala*. Disponível em: <[http://www.ib.usp.br/ecosteios/textos\\_educ/costao/index2.htm](http://www.ib.usp.br/ecosteios/textos_educ/costao/index2.htm)>. Acesso em Julho de 2016.

CHOI, H.C; SIRAKAYA, E. Sustainability indicators for managing community tourism. *Tourism Management*, n, 27, 2006, pp 1274-1289. Elsevier, 2006.

CONCAIS S.A. Terminal Marítimo de Passageiros Giusfredo Santini. *Estatísticas – Terminal Marítimo de Passageiros Giusfredo Santini – Relatório da Temporada 2015/2016*. Disponível em <<http://www.concais.com/pt-br/estatisticas/movimentacao>>. Acesso em 24/07/2016.

\_\_\_\_\_. *Movimentação de Passageiros*. Disponível em <<http://www.concais.com/pt-br/estatisticas/movimentacao>>. Acesso em 24/07/2016.

\_\_\_\_\_. *Sazonalidade*. Disponível em <<http://www.concais.com/pt-br/estatisticas/sazonalidade/>>. Acesso em 24/07/2016.

CORDEIRO, Itamar Dias. KÖRÖSSY, Natália. SELVA, Vanice Santiago Fragoso. Capacidade de Carga recreativa para embarcações: o caso da Área de Proteção Ambiental de Guadalupe. **Revista de investigación em turismo y desarrollo local**. V.6 nº.14, jun 2013.

ERICKSON, P.A. A practical guide to environmental impact assessment. San Diego: Academic Press, 1994. In: SANCHEZ, L.H. *Avaliação de Impacto Ambiental: conceitos e métodos*. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

FERRAZ, M. *Temporada 2014/2015 transporta 549 mil turistas*. Disponível em <http://abremar.hospedagemtemporaria.com.br/temporada-20142015-transporta-549-mil-turistas/>. Acesso em 25/07/2016.

FIORI, P. "Une Analyse générale de L'impact touristique". In: *Turismo e Planejamento Sustentável: A Proteção do Meio Ambiente*. São Paulo, 1999. Papirus.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Cruzeiros Marítimos: Estudo de Perfil e Impactos Econômicos no Brasil II*. Brasília: FGV, 2010.

\_\_\_\_\_. *Cruzeiros Marítimos: Estudo de Perfil e Impactos Econômicos no Brasil II*. Brasília: FGV, 2014.

\_\_\_\_\_. *Cruzeiros Marítimos: Estudo de Perfil e Impactos Econômicos no Brasil III*. Brasília: FGV, 2015.

FUNDAÇÃO SEADE. Informações Municipais Paulistas. Disponível em: <<http://www.imp.seade.gov.br>>. Acesso em Julho de 2016.

FÚLFARO, V. J.; COIMBRA, A.M. As praias do litoral paulista. In: *CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA, XXVI*, SBG, 1972, Belém. *Resumos de Comunicações*. Belém, 1972. p. 253-255.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA. Projetos Anteriores - Guararu. Disponível em <<https://www.sosma.org.br/projeto/projetos-anteriores/guararu/>> Acesso em 09/08/2016.

GUARUJÁ (Prefeitura), CENTRO PAULA SOUZA, ETC- Alberto Santos Dumont, SÃO PAULO (Estado). *Inventário Turístico do Guarujá*, Disponível em < <http://www.etecsantosdumont.com.br/wp-content/uploads/2016/02/Invent%C3%A1rio-Turistico-do-Guaruj%C3%A1-01-06-2016.pdf>>. Acesso em Julho de 2016.

INSTITUTO LAJE VIVA. Disponível em <<http://www.lajeviva.org.br/>>. Acesso em 29/07/2016.

INSTITUTO PÓLIS/PETROBRAS. *Diagnóstico Socioambiental: município de Guarujá*. São Paulo: Instituto Pólis, 2013.

\_\_\_\_\_. *Diagnóstico Socioambiental: município de Peruíbe*. São Paulo: Instituto Pólis, 2013.

\_\_\_\_\_. *Diagnóstico Socioambiental: município de Santos*. São Paulo: Instituto Pólis, 2013.

ITANHAÉM (Prefeitura). INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – IPT. *Atlas Ambiental do Município de Itanhaém*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2012.

\_\_\_\_\_. *Marinas e Portos*. Disponível em <http://www.itanhaem.sp.gov.br/turismo/servicos/marinas-portos.php> Acesso em 22/07/2016.

JORNAL A Tribuna. *Caderno Porto & Mar*. Edição semanal, anos 2005, 2006, 2007. Santos.

MARINHA DO BRASIL. DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS. *Normas da Autoridade Marítima para Atividades de Inspeção Naval*. NORMAM-07/DCP, 2003.

\_\_\_\_\_. *Normas da Autoridade Marítima para Armadores, Embarcações de Esportes e/ou Recreio e para Cadastramento e Funcionamento das Marinas, Clubes e Entidades Desportivas Náuticas*. NORMAM-03/DCP, 2003.

\_\_\_\_\_. *Normas da Autoridade Marítima para Operação de Embarcações Estrangeiras em Águas Jurisdicionais Brasileiras*. NORMAM-04/DCP, 2003.

MAZZOLENIS, S. *Riviera de São Lourenço: ontem, hoje...registros*. Ed. A book: São Paulo, 2008.

MUEHE, D (et. Al). *Erosão e Progradação do Litoral Brasileiro*. Brasília: MMA, 2006.

OBSERVATÓRIO LITORAL SUSTENTÁVEL. Baixada Santista tem curso de Turismo de Base Comunitária. Disponível em <http://litoralsustentavel.org.br/povos-e-comunidades-tradicionais/baixada-santista-tem-pela-1a-vez-curso-de-turismo-de-base-comunitaria/>>. Acesso em 10/08/2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). *Código Mundial de ética do turismo*. Santiago do Chile: OMT, 1999.

OTT, W. *Environment indices: theory and practice*. Michigan: Arnn Arbor, 1978.

PETROBRAS. Avaliação Ecológica Rápida (AER) da Laje da Conceição e da Ilha da Moela, 2014. p. 299-334.

PETROBRAS. Estudo Socioambiental Ponta da Armação Guarujá-SP. São Paulo: PETROBRAS, 2012.

PROGRAMA BANDEIRA AZUL. *Praias, Marinas e Embarcações*. Disponível em <http://www.bandeiraazul.org.br/>>. Acesso em 10/08/2016.

\_\_\_\_\_. *O Programa*. Disponível em <http://www.bandeiraazul.org.br/sobre/>> Acesso em 11/08/2016.

RUSCHMANN, Doris. *Turismo e Planejamento Sustentável: A Proteção do Meio Ambiente*. São Paulo: Papyrus, 1999.

SANCHEZ, L. H. *Avaliação de Impacto Ambiental: conceitos e métodos*. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

SANTOS (Prefeitura). *Locais – Ilha Diana*. Disponível em <<http://www.turismosantos.com.br/ptb/guia-de-santos/locais/ir/atracoes-em-santos/area-continental/ilha-diana>>. Acesso em 05/07/2016.

\_\_\_\_\_. *Locais – Museu Pelé*. Disponível em <<http://www.turismosantos.com.br/ptb/guia-de-santos/locais/ir/atracoes-em-santos/centro-historico/museu-pele>>. Acesso em 09/08/2016.

SANTANA, Antônio Cordeiro de. *Arranjos Produtivos Locais na Amazônia: metodologia para identificação e mapeamento*. Belém: ADA, 2004.

SANTOS E REGIÃO CONVENTION & VISITORS BUREAU - SRCVB. *Pesquisa sobre o perfil do turista de lazer – NESE*, 2004.

SÃO PAULO (Estado). AGEM. Agência Metropolitana da Baixada Santista. *Plano Diretor de Turismo da Baixada Santista- PDTUR*, 2002. Disponível em <<http://www.agem.sp.gov.br/portfolio/pdturbs/>>. Acesso em Julho de 2016.

\_\_\_\_\_. Fundação Florestal. *Diagnóstico da Pesca Amadora no Estado de São Paulo: Fundação Florestal*, 2015.

\_\_\_\_\_. Fundação Florestal. *Plano de Manejo do Parque Estadual Xixová-Japuí: Fundação Florestal*, 2010.

SÃO PAULO (Estado) – Secretaria do Meio Ambiente. *Parque Estadual Restinga de Bertioiga abre duas trilhas para visitaçã*o. Disponível em <<http://fflorestal.sp.gov.br/2015/01/26/parque-estadual-restinga-de-bertioiga-abre-duas-trilhas-para-visitacao/>>. Acesso em 09/08/2016.

\_\_\_\_\_. *Parque Xixova-Japui – Sobre o Parque*. Disponível em <<http://www.ambiente.sp.gov.br/parque-xixova-japui/sobre-o-parque/>>. Acesso em 28/07/2016.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Meio Ambiente. CETESB, Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. *Qualidade das praias litorâneas no Estado de São Paulo*. São Paulo: CETESB, 2015.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo – SMA-SP. *Zoneamento Ecológico Econômico: setor costeiro da Baixada Santista*. São Paulo: SMA, 2013.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Meio Ambiente. CETESB, Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. *Projeto Marinas: 6 anos*. São Paulo: CETESB, 2011.